



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 122

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 07 DE NOVEMBRO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB.....	Carlos Simões
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB.....	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PPS.....	Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR	Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB.....	Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 122

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Indicações 07

Requerimentos 08

Projetos de Lei 15

Grande Expediente:

Lançamento da Campanha de

Combate ao Câncer de Mama 20

Proponente:

Dep. Cida Borghetti 20

Oradoras:

Sra. Tânia Gomes-Pres.da AMA

Sra. Juciele 22

Sra. Maria de Lurdes Dias..... 23

Sra. Márcia Campos 24

Horário das Lideranças:

Liderança do PDT:

Dep. Neivo Beraldin..... 25

Liderança do PSB:

Dep. José Domingos Scarpellini26

Liderança do PFL:

Dep. Plauto Miró Guimarães 27

Liderança do PT:

Dep. Ângelo Vanhoni 29

Liderança do PMDB:

Dep. Rafael Greca 30

Liderança do Governo:

Dep. Jocelito Canto.....

Liderança da Oposição:

Dep. Valdir Rossoni.....

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente

Discussão / Votação:

3ª Discussão

2ª Discussão.....

1ª Discussão.....

Requerimentos.....

Encerramento da Sessão Ordinária

Publicações:

Diretoria Geral

Portaria DAT.....

Atas de Comissões

Finanças.....

Constituição e Justiça.....

116ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 116ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2005

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (51). Achando-se ausentes a Sra. Deputada Arlete Caramês e os Srs. Deputados Chico Noroeste e Mauro Moraes (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº 101-P/MC, do Sr. Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, relativo à Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3564, onde o Governo do Estado é Requerente e a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná é a Requerida, comunicando que concedeu por unanimidade a liminar e suspendeu a eficácia da Lei Complementar nº 109, de 23 de junho de 2005, deste Estado. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/CC 195 e 196/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

194/2005: De autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que regulamenta direito à informação quanto aos alimentos e ingredientes alimentares que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em lei tomou o nº 14.861.

Anote-se - archive-se.

447/2005: De autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso do imóvel que especifica ao município de Porto Barreiro, o qual convertido em lei tomou o nº 14.862. **Anote-se - Archive-se.**

OFÍCIO Nº 1975/GAB

Curitiba, 19 de setembro de 2005.

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa augusta Casa de Leis, por intermédio de V. Exa., o incluso anteprojeto de lei, que visa alterar o artigo 2º, II parágrafo 1º, e o artigo 3º, II, da Lei nº 13.665, de 04 de julho de 2002, reajustar a tabela de gratificação de função e os níveis de vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme justificativa em anexo.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, revela-se oportuno ensejo para reite-

rar a V. Exa. a garantia de minha especial estima e respeito.

(a) MILTON RIQUELME DE MACEDO

Procurador Geral de Justiça

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O artigo 2º, II, parágrafo 1º, da Lei nº 13.665, de 04 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“II - no mínimo, 30 (trinta) pontos por servidor.”

“§ 1º Cada ponto corresponde ao valor de 0.015 (quinze milésimos) sobre o vencimento básico do servidor.”

Art. 2º O artigo 3º, II, da Lei 13.665 de 04 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“II - o valor correspondente a 30 (trinta) pontos, quando percebida por um período inferior a 60 (sessenta) meses.”

Art. 3º Os níveis de vencimentos do quadro de servidores e do quadro de Oficial de Promotoria do Ministério Público do Estado do Paraná, ficam reajustados na forma dos anexos I e II respectivamente.

Art. 4º A tabela de Gratificação de Função do Ministério Público do Estado do Paraná, fica reajustada na forma dos anexos III, desta lei.

Art. 5º A gratificação pelo exercício de encargos especiais de que tratam os artigos 172, inciso VIII e 178, ambos da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, passa a ser concedida aos ocupantes de cargos de provimento em comissão e efetivo do Ministério Público do Estado do Paraná, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do dia 1º de outubro de 2005, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

Com a edição da Carta Constitucional de 1988, é de todo sabido terem sido conferidas ao Ministério Público um conjunto de atribuições, prerrogativas e características que culminaram por alojá-lo em situação *sui generis* na estrutura organizacional do Estado, de indisputável relevo entre os Poderes que o compõem.

Com efeito, da leitura que se efetua o disposto pelo artigo 127 e seus parágrafos, da Constituição da república, exsurge estar a instituição ministerial posicionada entre os denominados órgãos estatais independentes, “originários da sabedoria e representativos dos Poderes do Estado,

colocados no ápice da pirâmide governamental, sem qualquer subordinação hierárquica ou funcional, e só sujeitos aos controles constitucionais de um Poder pelo outro. Por isso são chamados de órgãos primários do Estado. Esses órgãos detêm e exercem precipuamente as funções políticas, judiciais e quase judiciais outorgadas diretamente pela Constituição, para serem desempenhadas pessoalmente por seus membros (agentes políticos, distintos de seus servidores, que são agentes administrativos), segundo normas especiais e regimentais” (Hely Lopes Meirrelles, *in* Revista Justitia, vol 89, pp. 261/262).

Assim, visando aumentar a eficiência do corpo funcional do Ministério Público do Estado do Paraná, atualmente, congregando 477 servidores do Quadro Próprio deste Ministério Público do Estado do Paraná, os quais atendem no âmbito estadual, toda a área dos servidores auxiliares e de apoio administrativo da Instituição, é que se propõe alteração no artigo 2º, II, parágrafo 1º, e o artigo 3º, II da Lei nº 13.665, de 04 de julho de 2002 e reajustar a tabela de gratificação de função e os níveis de vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, tendo em vista o princípio da simetria.

É relevante informar que o último reajuste salarial dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná ocorreu em julho de 2002; e que, daquela data até o presente momento, houve perda do poder aquisitivo, em torno de 43,15% (quarenta e três vírgula quinze por cento).

Com base em tal conformação é que se pretende os reajustes salariais supracitados, visando-se manter o nível motivacional em padrões aceitáveis no âmbito da Administração Pública, não recompondo em sua totalidade as perdas salariais, mas dentro dos limites possíveis de disponibilidade orçamentária e financeira.

O impacto para a pretensão em epígrafe totalizará, mensalmente, o valor de R\$ 543.715,14 (quinhentos e quarenta e três mil, setecentos e quinze reais e quatorze centavos), a partir do mês de outubro/2005, a ser suportado pelo orçamento próprio do Ministério Público do Estado do Paraná, não comprometendo o limite de gastos com Pessoal e Encargos da Instituição estabelecido no artigo 20, inciso II, letra “d”, da Lei Complementar 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, fixado em 2% (dois por cento), visto que a Receita Corrente Líquida prevista para o exercício de 2005, comporta a despesa em questão, conforme demonstrativo abaixo:

Cálculo da Receita Líquida Global 2005

Especificação	Valor R\$ 1,00
Receita Corrente Bruta	14.791.879.230,00
(-) Deduções	3.920.551.474,00

Receita Corrente Líquida Global	R\$ 10.871.327.756,00
2% = R\$ 217.426.555,12 R\$ 2.174.860,58 = 0,0200% da RCL*	
*Considerando-se o acréscimo mensal de R\$ 4.543.715,14 para os meses de outubro a dezembro/2005, como também o 13º salário.	

Saliente-se, também, que houve contemplação da despesa em questão na Lei nº 14.600/2004, (Lei Anual) e que, o valor supracitado representará um acréscimo de 0,31244, no orçamento total de Pessoal e Encargos.

Em síntese, pretende-se que essa augusta Casa de Leis, oferecendo sua imprescindível contribuição no aprimoramento do anteprojeto de lei que ora se submete à apreciação, faça por aprová-lo, instrumentalizando assim o Ministério Público com um quadro funcional habilitado a colaborar no desempenho de suas funções legais e constitucionais.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I

Tabelas de Vencimentos do Quadro de Servidores

TABELA I		
GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO		
Nível	Tabela	Proposta
1	845,66	947,14
2	865,06	968,87
3	885,34	991,58
4	906,08	1.014,81
5	927,30	1.038,58
6	949,02	1.062,90
7	971,26	1.087,81
8	994,02	1.113,30
9	1.017,30	1.139,38
10	1.041,14	1.166,08
11	1.065,52	1.193,38
12	1.090,48	1.221,34
13	1.116,04	1.249,96
14	1.142,18	1.279,24
15	1.168,94	1.309,21
16	1.196,32	1.339,88

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I

Tabelas de Vencimentos do Quadro de Servidores

TABELA I		
GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO		
Nível	Tabela	Proposta
17	1.224,36	1.371,28
18	1.253,04	1.403,40
19	1.282,38	1.436,27
20	1.312,44	1.469,93
21	1.343,18	1.504,36
22	1.374,64	1.539,60

TABELA II		
GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO		
Nível	Tabela	Proposta
1	1.395,72	1.563,21
2	1.428,42	1.599,83
3	1.461,90	1.637,33
4	1.496,14	1.675,68
5	1.531,20	1.714,94
6	1.567,08	1.755,13
7	1.603,80	1.796,26
8	1.641,36	1.838,32
9	1.679,82	1.881,40
10	1.719,18	1.925,48
11	1.759,46	1.970,60
12	1.800,70	2.016,78
13	1.842,88	2.064,03
14	1.886,06	2.112,39
15	1.930,24	2.161,87
16	1.975,48	2.212,54
17	2.021,76	2.264,37
18	2.069,12	2.317,41

TABELA II		
GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO		
Nível	Tabela	Proposta
19	2.117,60	2.371,71
20	2.167,22	2.427,29
21	2.218,00	2.484,16
22	2.269,98	2.542,38

TABELA III		
GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR		
Nível	Tabela	Proposta
1	2.661,84	2.981,26
2	2.724,22	3.051,13
3	2.788,04	3.122,60
4	2.853,36	3.195,76
5	2.920,22	3.270,65
6	2.988,64	3.347,28
7	3.058,66	3.425,70
8	3.130,32	3.505,96
9	3.203,68	3.588,12
10	3.278,74	3.672,19
11	3.355,56	3.758,23
12	3.434,18	3.846,28
13	3.514,64	3.936,40
14	3.596,98	4.028,62
15	3.681,26	4.123,01
16	3.767,52	4.219,62
17	3.855,78	4.318,47
18	3.946,12	4.419,65
19	4.038,58	4.523,21
20	4.133,20	4.629,18
21	4.230,06	4.737,67
22	4.329,16	4.848,66

ANEXO II
Tabelas de Vencimentos do Quadro de
Oficiais de Promotoria

SITUAÇÃO ATUAL	
TABELA ÚNICA	
GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO I	
Nível	Valor
1	470,36
2	484,47
3	499,00
4	513,97
5	529,39
6	545,27
7	561,63
8	578,85
9	595,83
10	613,71
11	632,12
12	651,08
13	670,61
14	690,73
15	711,46
16	732,80
17	754,78
18	777,43
19	800,75
20	824,77
21	849,51
22	875,00

ANEXO II
Tabelas de Vencimentos
do Quadro de Oficiais de Promotoria

SITUAÇÃO PROPOSTA	
TABELA ÚNICA	
GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO I	
Nível	Valor
1	526,80
2	542,61
3	558,88
4	575,65
5	592,92
6	610,70
7	629,03
8	648,31
9	667,33
10	687,36
11	707,97
12	729,21
13	751,08
14	773,62
15	796,84
16	820,74
17	845,35
18	870,72
19	896,84
20	923,74
21	951,45
22	980,00

ANEXO III
Tabelas da Gratificação de Função

SITUAÇÃO ATUAL		
Denominação	Nº de Funções	Valor
GF-1	30	146,15
GF-2	30	194,85
GF-3	30	243,57

SITUAÇÃO PROPOSTA		
Denominação	Nº de Funções	Valor
GF-1	30	163,69
GF-2	30	218,23
GF-3	30	272,80

OFÍCIO Nº 012/2005-GLO/VR

Curitiba, 07 de novembro de 2005.

Senhor Presidente:

Pelo presente venho solicitar que V. Exa. providencie o encaminhamento do Ofício nº 11, desta Liderança da Oposição, cujo original encontra-se em anexo, ao Sr. Heinz Georg Herwig, ilustre Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para conhecimento daquela Corte quanto aos fatos irregulares verificados e a tomada das providências julgadas cabíveis.

Na oportunidade, reitero a V. Exa., minha estima e meu respeito.

(a) VALDIR ROSSONI
Líder da Oposição

OFÍCIO Nº 011/05-GLO/VR

Curitiba, 07 de novembro de 2005.

Senhor Presidente:

Considerando os termos da Lei nº 13.420/2002, que transformou 328 cargos de Assistentes de Segurança (antigos Delegados Calça-Curtas) em Agentes Administrativos, em especial, no que concerne à condicionante imposta em seu artigo 2º, vimos encaminhar a V. Exa. cópia dos requerimentos aprovados nesta Casa e respectivas respostas que noticiam, em face da legislação referida, lotações irregulares desses servidores.

Para seu conhecimento, ainda, comunico que a análise jurídica sobre a situação informada pela Secretaria da Segurança Pública solicitada à Procuradoria Geral do Estado, conforme documentos anexos, foi negada a este Poder Legislativo, por duas vezes.

Ante os fatos e documentos apresentados para conhecimento e análise desse egrégio Tribunal de Contas do Estado, solicito que V. Exa. determine as providências

pertinentes julgadas necessárias, comunicando-as a esta Assembléia Legislativa do Estado.

Na oportunidade reitero a V. Exa. minha estima e meus respeitosos cumprimentos.

(a) VALDIR ROSSONI
Líder da Oposição

OFÍCIO Nº 014/2005-GLO/VR

Curitiba, 07 de novembro de 2005.

Senhor Presidente:

Pelo presente venho solicitar que V. Exa. providencie o encaminhamento do Ofício nº 11, desta Liderança da Oposição, cujo original encontra-se em anexo, ao Sr. Milton Riquelme de Macedo, ilustre Procurador Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para conhecimento daquela Corte quanto aos fatos irregulares verificados e a tomada das providências julgadas cabíveis.

Na oportunidade, reitero a V. Exa. minha estima e meu respeito.

(a) VALDIR ROSSONI
Líder da Oposição

OFÍCIO Nº 011/05-GLO/VR

Curitiba, 07 de novembro de 2005.

Senhor Procurador Geral

Considerando os termos da Lei nº 13.420/2002, que transformou 328 cargos de Assistentes de Segurança (antigos Delegados Calça-Curtas) em Agentes Administrativos, em especial, no que concerne à condicionante imposta em seu artigo 2º, vimos encaminhar a V. Exa. cópia dos requerimentos aprovados nesta Casa e respectivas respostas que noticiam, em face da legislação referida, lotações irregulares desses servidores.

Para seu conhecimento, ainda, comunico que a análise jurídica sobre a situação informada pela Secretaria da Segurança Pública solicitada à Procuradoria Geral do Estado, conforme documentos anexos, foi negada a este Poder Legislativo, por duas vezes.

Ante os fatos e documentos apresentados para conhecimento e análise desse Ministério Público Estadual, solicito que V. Exa. determine as providências pertinentes julgadas necessárias, comunicando-as a esta Assembléia Legislativa do Estado.

Na oportunidade reitero a V. Exa. minha estima e meus respeitosos cumprimentos.

(a) VALDIR ROSSONI
Líder da Oposição

Indicação

INDICAÇÃO Nº 067/2005.

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Padre Paulo Campos dirige-se a V. Exa. para expor e sugerir o que segue:

I - Sugere-se que seja incluída a farinha de mandioca, produzida no Estado do Paraná, na merenda escolar

dos educandos e na cesta básica vendida aos trabalhadores e cidadãos deste Estado.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A finalidade primeira desta medida, é a manutenção na área rural, dos pequenos e médios produtores de mandioca deste Estado, evitando assim o êxodo para as cidades e trazendo por consequência inúmeros problemas habitacionais e de violência.

A finalidade segunda é a contribuição e a manutenção com as políticas públicas do Governo Federal e também do próprio Estado.

Já a terceira finalidade é a valorização e o fomento da agricultura familiar que têm hoje em média, no Estado do Paraná, 10 (dez) mil famílias produtoras de mandioca e em torno de 40 (quarenta) mil paranaenses ligados diretamente ao cultivo.

Por fim, a quarta finalidade é a de saúde pública da população beneficiada, pois com o incremento da farinha na alimentação, que é rico em ferro, irá propiciar maior saúde dos consumidores do produto.

Essas são as razões da presente sugestão, e assim espera o apoio dos nobres Deputados desta Casa Parlamentar para a sua aprovação, a sua aplicação pelo Poder Executivo deste Estado.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3401

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, regime de urgência à Mensagem nº 037/2005, Projeto de Lei nº 492/2005, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo efetuar reversão, mediante doação, ao município de Astorga, do imóvel que especifica.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 3402

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, regime de urgência à Mensagem nº 038/2005, Projeto de Lei nº 493/2005, de autoria do Poder Executivo, que cria no Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, 23 (vinte e três) cargos de provimento em comissão, de Diretor de Unidade Sócio-Educativa, símbolo DAS-5.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 3403

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, regime de urgência à Mensagem nº 039/2005, Projeto de Lei nº

494/2005, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a doar à Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, lotes de terras, situados nesta Capital, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 3417

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, regime de urgência à Mensagem nº 046/2005, Projeto de Lei nº 598/2005, de autoria do Poder Executivo, que objetiva a criação de uma entidade autárquica a denominar-se "Centro Paranaense de Referência em Agroecologia - CPRA".

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 3418

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, regime de urgência à Mensagem nº 050/2005, Projeto de Lei nº 630/2005, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de São Mateus do Sul, parte do ideal do imóvel, que compreende uma área de 4.800,00 m2, de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 3434

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 562/2005, de autoria da Bancada do PMDB, que dispensa ou parcela os créditos de titularidade do FDE, ajuizados ou não, geridos pela Agência de Fomentos do Paraná S/A.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 3435

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 563/2005, de autoria da Bancada do PMDB, que dispensa ou parcela os créditos de titularidade do Estado do Paraná, por ocasião da privatização do Banestado.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 3440

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, regime de

urgência à Mensagem nº 051/2005, Projeto de Lei nº 631/2005, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo efetuar cessão de uso, ao município de Lobato, do imóvel de propriedade do Estado, conforme transcrição nº 2.429, Livro 3-A, do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Astorga.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 3441

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, regime de urgência à Mensagem nº 056/2005, Projeto de Lei nº 675/2005, de autoria do Poder Executivo, que objetiva autorizar o Poder Executivo, por intermédio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, a efetuar a permuta de partes do imóvel suburbano, matrícula nº 24.880 do Registro de Imóveis da Comarca de Marechal Cândido Rondon

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 3404

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia, por 02 (duas) Sessões, do Projeto de Lei nº 96/2004, que modifica a lei nº 11.911, de 1º de dezembro de 1997.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que o artigo 11 da Lei Complementar nº 76/95, de 21/12/95 condiciona para a concessão de novos benefícios, a previsão, em lei, da origem dos recursos ou da simultânea revisão da estrutura tarifária do concessionário ou permissionário, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, necessitamos analisar com maior profundidade e assunto, motivo que nos leva a apresentar este requerimento.

REQUERIMENTO Nº 3416

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final aos projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 3413

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, autorização para o uso das dependências do plenário no dia 22 de novem-

bro, às 17h00, para realização da entrega do Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao ilustre Dr. Tadeu Marino Loyola Costa.

Sendo só para o momento, renovo meu protesto de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 3416

Senhor Presidente:

Os Parlamentares que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vêm mui respeitosamente, REQUERER a transformação da Sessão Ordinária no dia 16 de novembro de 2005 em audiência pública para discussão sobre o Orçamento de 2006.

Face ao exposto, solicitamos a aprovação deste requerimento pelos demais Pares.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(aa) MARCOS ISFER e ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 3451

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário autorização desta Casa de Leis para ausentar-se no dia 08 de novembro, para realização de viagem a Foz do Iguaçu a fim de participar de audiência pública onde será discutido o atendimento do SAS - Sistema de Assistência à Saúde.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 3433

Senhor Presidente:

Os Parlamentares que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vêm mui respeitosamente, requisitar o comparecimento, nesta Casa de Leis, do Exmo. Secretário de Estado da Saúde, Cláudio Murilo Xavier e o Ilmo. Promotor de Justiça, Fuad Faraj, para prestarem esclarecimentos sobre a ampliação da Rede de Unidade de Terapia Intensiva no Estado do Paraná.

Face ao exposto, solicitamos a aprovação deste requerimento pelos demais Pares bem e, por consequência, a inclusão da matéria em tela nos Anais desta Casa de leis.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(aa) MARCOS ISFER, ARLETE CARAMÊS, WALDIR LEITE, RATINHO JÚNIOR, AILTON ARAÚJO e PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES.

REQUERIMENTO Nº 3431

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento, aos 41 anos de idade, do Sr. Rui Scudeiro.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3432

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Justo Filho, popularmente conhecido como “Índio”.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3407

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de Ibiporã, voto de congratulações pelo seu 58º aniversário, a ser comemorado no dia 08 de novembro, e que, do presente, se dê ciência ao Prefeito Alberto Bacarin e ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Valdir Aparecido Paduan, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3412

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao time Galo de Maringá, em razão da conquista da vaga para disputar a 1ª divisão do Campeonato Brasileiro de Futebol em 2006.

Requer seja enviado o voto de congratulações ao técnico Ivair Cenci, a toda comissão técnica e aos jogadores, enaltecendo essa importante vitória.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) CIDA BERGEHTTI

REQUERIMENTO Nº 3442

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a inserção de votos de congratulações, ao Galo de Maringá, equipe de futebol, da Cidade Canção, que conseguiu, na tarde de ontem - ao vencer o Operário de Ponta Grossa, por 3x0 - sua ascensão à 1ª Divisão do Futebol Profissional do Paraná.

A partir do próximo ano o maringaense verá o seu representante enfrentar os grandes clubes do Estado, como Atlético, Coritiba e Paraná, na disputa da Divisão Principal do Futebol Paranaense.

Que esses votos sejam extensivos à diretoria, comissão técnica e Divisão Especial do Futebol do Paraná.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3443

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro de votos de congratulações à equipe do Toledo, pela obtenção da classificação à 1ª Divisão do Futebol Paranaense.

Requer ainda, que se dê ciência à diretoria, comissão técnica e jogadores da equipe do Toledo.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) ELTON CARLOS WELTER

REQUERIMENTO Nº 3408

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Rio Negro, pelos 135 anos de emancipação política no próximo dia 15 de novembro do corrente ano.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Alceu Ricardo Swarowski, e a todos os Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Rio Negro.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, homenageia, com este voto, a laboriosa população de Rio Negro, pelo transcurso de mais um aniversário de emancipação política no próximo dia 15 de novembro do corrente ano.

Esta homenagem é dedicada aos administradores de todos os tempos.

Rio Negro é um município que não é meu, nem seu; é de todos os que souberam construí-lo. Esta é a essência da filosofia de todos os que trabalham em favor de seus semelhantes.

Estas palavras são, então, um agradecimento a todos os que deram parte de sua vida em favor desta terra e de sua gente. São também um incentivo a todos os que hoje igualmente se sacrificam, não por si, mas por uma vida melhor para todos.

Nada mais confortante para o nosso espírito cívico e à nossa fé no Paraná, que saudar efusivamente o município de Rio Negro pela passagem de mais um aniversário de fundação, cujos administradores de todos os tempos foram e são capazes de encarar a confiança da

população com a invencível segurança transmitida por uma longa tradição de serviços prestados.

Uma confiança temperada por inúmeras experiências, em que os homens e as mulheres dão vida à administração municipal, puderam e podem testar com sucesso sua capacidade de resolver os problemas e vencer os desafios colocados por um município em permanente transformação.

Acreditamos que a fidelidade, o companheirismo, a gratidão, o reconhecimento e o sentimento da grandeza nos momentos de crise e tensão, fazem parte da ciência política, colaborando de forma imprescindível para o completo desenvolvimento do Município.

Está de parabéns toda a população de Rio Negro na significativa data de 15 de novembro, em que se comemora mais um aniversário de sua emancipação política.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e este Parlamentar, cumprimentam efusivamente toda a população de Rio Negro, na certeza de que continuará na trilha do progresso.

Parabéns, Rio Negro!

REQUERIMENTO Nº 3409

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Honório Serpa, pela passagem, no próximo dia 16 de novembro, de seus treze anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Izidoro Dalchiavon, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Altamir Ismar Cristoff, bem como a todos os Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Honório Serpa.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que através desta proposição queremos prestar ao município de Honório Serpa, por ocasião de mais um aniversário de sua emancipação política, será das mais expressivas pelo nosso reconhecimento ao trabalho desenvolvido em prol da grandeza de toda a região.

Nada mais confortante para nosso espírito cívico e a nossa fé no Paraná que saudar efusivamente a população grandiosa de Honório Serpa na data magna da comemoração dos seus treze anos de emancipação política, cujos administradores de todos os tempos foram e são capazes de encarar a confiança de todos com a incrível segurança transmitida por uma longa e gloriosa tradição de serviços prestados.

Uma confiança temperada por inúmeras experiências em que os homens e mulheres dão vida à administração municipal, puderam e podem testar com sucesso sua capacidade de resolver os problemas e vencer os desafios

colocados por um município em permanente transformação.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às homenagens devidas ao município de Honório Serpa no transcurso de seus treze anos, parabenizando a todos na data tão significativa.

REQUERIMENTO Nº 3410

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Cruz Machado pelo transcurso, no próximo dia 14 de novembro/2005, de seus 54 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Euclides Pasa, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito, Nelson Barczak, bem como a todos os Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Cruz Machado.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A população de Cruz Machado com muito orgulho vê transcorrer, no próximo dia 14 de novembro de 2005, mais um aniversário de sua emancipação política, que temos certeza será comemorada festivamente por todos.

É através de um trabalho digno que a população de Cruz Machado presta sua eficiente colaboração para o desenvolvimento cada vez maior do seu município sempre com um espírito de luta e companheirismo demonstrado por todos, pois, é através da união de esforços que o Município será beneficiado com seu progresso.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, homenageia a municipalidade, bem como administradores, pelo seu trabalho e dedicação com que vêm lutando, incansáveis, em prol do bem comum.

REQUERIMENTO Nº 3419

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Marly Aparecida Fagundes.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenageada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3420

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Dr. Adércio Francisco de Souza. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3421

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Carlito Graciano Coelho. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3422

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao professor Jair Machado.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3423

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Bartolomeu Lopes Bicas.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3424

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Osni Vicente.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3425

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Gladstone Luiz Magalhães.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3426

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Exmo. Sr. Dr. Juiz Gilson Luiz Inácio. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3427

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Arlindo de Paula.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3428

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Sérgio de Alencar Soares, Diretor da Liga de Futebol de Londrina.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3429

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Paulo Esteves da Silva, Presidente da Liga de Futebol de Londrina.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3430

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Paulo César Lucas Munhoz, Diretor da Liga de Futebol de Londrina.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3396

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Delegado Bradock, Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa, dirige-se a V. Exa. para expor e requerer voto de aplauso ao policial civil João Almir Troyner pelo incontestável e louvável trabalho que vem desempenhando na Segurança Pública do município de Guaratuba, elevando o nome da instituição Polícia Civil, agindo sempre com muita humildade e determinação no atendimento à população.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 3392

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, bem como aos Presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, solicitando dos mesmos urgência na aprovação do Projeto de Lei 4.559, de 2004, com o Substitutivo da Deputada Jandira Feghali, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do parágrafo 8º do artigo 226, da Constituição Federal.

Entre outros avanços previstos na legislação acima referida, encontra-se a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, a retirada desses crimes da abrangência da Lei dos Juizados Especiais para crimes de menor poder ofensivo, haja vista tratar-se de crimes contra direitos humanos.

O dia 25 de novembro é o Dia Internacional de Não-Violência Contra as Mulheres e é importante cobrar do Estado providências urgentes no sentido de prestar a devida assistência às mulheres vítimas de violência.

A impunidade dos crimes de violência contra as mulheres compromete o Produto Interno Bruto brasileiro em 10,5% e a aprovação desse projeto de lei prevê também medidas sócio-educativas para solucionar esse problema.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3396

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando com a máxima urgência providências no sentido de que seja intensificado o policiamento nas imediações da Praça Tiradentes em Curitiba.

Tal solicitação, prende-se ao fato de inúmeras reclamações de furtos e roubos a diversos comerciantes que se encontram inseguros e desprotegidos devido à falta de segurança.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 3398

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o douto Plenário desta Assembléia Legislativa, REQUER seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando providências no sentido da viabilização de recursos do Departamento de Estradas e Rodagens - DER/PR, objetivando a implantação de asfalto na rodovia que liga os municípios de Nova

Prata do Iguaçu e Boa Esperança do Iguaçu, numa extensão de aproximadamente quinze quilômetros, bem como o restante do recapeamento asfáltico sobre pedra irregular, numa extensão de aproximadamente dois quilômetros, na rodovia que liga Boa Esperança do Iguaçu a Cruzeiro do Iguaçu e Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

As obras de pavimentação asfáltica constantes deste requerimento foram licitadas ainda na gestão anterior, sendo que o trecho que liga Nova Prata do Iguaçu a Boa Esperança do Iguaçu não foi iniciado, e o recapeamento entre Boa Esperança do Iguaçu e Cruzeiro do Iguaçu foi executado em mais de 80%, tendo sido paralisado com menos de dois quilômetros para sua conclusão.

Os dois trechos de rodovia são indispensáveis para o escoamento da produção agropecuária dos municípios citados, bem como para a melhoria do acesso àquelas comunidades da região Sudoeste do Estado do Paraná.

Assim sendo, contamos com a compreensão e aprovação dos nobres Pares, buscando sensibilizar o Poder Executivo estadual no atendimento a esta reivindicação.

REQUERIMENTO Nº 3436

Senhor Presidente:

O Deputado Ângelo Vanhoni, que subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Colégio Cecília Meireles, cumprimentando a sua direção e toda a comunidade escolar, por duas importantes conquistas.

A primeira, é a indicação, como representante paranaense na Conferência Nacional de Meio Ambiente, em reconhecimento aos projetos de educação e estudos ambientais. Este reconhecimento, como a única entre todas as instituições educacionais do Paraná, faz jus ao esforço de sua direção, de sua equipe pedagógica; dos educadores e educadoras; e dos estudantes e educandas que nos últimos anos não têm poupado esforços na elaboração e desenvolvimento de projetos educacionais tematizando as questões ambientais.

A segunda, é a realização da importante mostra pedagógica, a qual tivemos a honra e o prazer de visitar na data de hoje. Estão expostas diversas atividades, que mostram os acertos do colégio na construção de práticas pedagógicas; aliam o aprendizado com a formação de valores e padrões de conduta, contribuindo para a formação da cidadania e a emancipação humana.

Também, demonstra os resultados de ações implementação da proposta pedagógica comprometida com o estudo e soluções dos problemas sociais, em particular do Bairro Alto (em Curitiba).

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 3437

Senhor Presidente:

O Deputado Ângelo Vanhoni, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, à Receita Federal - Delegacia do Paraná, solicitando a doação de um (01) microcomputador com impressora, um aparelho de TV e um aparelho de DVD para cada uma das unidades da APAE em Tunas do Paraná e Adrianópolis.

Esta solicitação, Srs. Deputados, fazemos, por reconhecer os esforços das APAE's de Adrianópolis e Tunas do Paraná, em prol da comunidade e em particular das pessoas atendidas. Esta região, é reconhecida como uma das mais carentes do Estado do Paraná. As unidades da APAE que vivem de contribuições, por extensão, também realizam as suas atividades com recursos escassos.

A doação de 01 microcomputador para cada uma das instituições é de fundamental importância para organização administrativa e para a conexão com a internet, permitindo assim uma aproximação maior com as demais APAE's e órgãos públicos.

O aparelho de TV e de reprodução de DVD são necessários às atividades pedagógicas e estímulos nas diversas atividades promovidas pelas instituições.

Requer, outrossim, que após a decisão desta Casa, sejam comunicadas as respectivas, o Dr. Rui Pilotto e as FederApaes - Federação das Apaes do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 3439

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Governador do Estado, Roberto Requião, ao Secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Pugliesi e ao Diretor do DER, Rogério Tizzot, informar, em face das razões expostas em requerimento aprovado pela Câmara Municipal de Guaíra, o porquê da abertura de um novo acesso para a Ponte de Guaíra, em detrimento da conservação e melhoria daquele já existente.

E, requerem ainda, a determinação de providências para a recuperação e manutenção da BR-163, entre Guaíra e Marechal Cândido Rondon, utilizando-se para esta finalidade os recursos resultantes da arrecadação do pedágio pela travessia da Ponte de Guaíra, segundo informado a esta Casa, pelo DER, através da Informação nº 544/2005-DG/AP.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) BANCADA DE OPOSIÇÃO

REQUERIMENTO Nº 3438

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de

pedido de informação ao Secretário Luiz Fernando Delazari, sobre os investimentos realizados no município de Londrina pela Secretaria de Estado da Segurança Pública nos anos de 2003 a 2005, constando ainda:

- efetivo policial no Município (civil e militar) em dezembro de 2002 e na presente data;
- data das últimas contratações e número de policiais efetivados;
- número de viaturas em dezembro de 2002 e na presente data, bem como estado de conservação;
- data da entrega das últimas viaturas e número de viaturas entregues às polícias civil e militar;
- contingente policial disponibilizado para atendimento à região norte de Londrina.

Tal requerimento justifica-se em virtude da necessidade de esclarecimento à população e à imprensa sobre os investimentos na área de segurança pública no município de Londrina.

Cumprindo, portanto, uma das funções do mandato parlamentar, que é fiscalizar os atos do Poder Executivo, peço a meus Pares, apoio a mais essa proposta.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 3446

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente à Exma. Sra. Maria Marta Lunardon, Secretária da Administração do Estado do Paraná, para que preste as seguintes informações a respeito do concurso público convocado pelo Edital 69/2005, com vistas ao provimento de cargos de Agente de Execução, nas áreas Educação e Trânsito:

- 1) total de aprovados para cada um dos cargos;
- 2) dos aprovados, quantos já ocupavam empregos públicos no Estado do Paraná e quantos não mantinham nenhum vínculo funcional com o Estado do Paraná?
- 3) Dentre aqueles que já mantinham vínculo funcional com o Estado do Paraná, quantos não foram aprovados dentro do limite de vagas ofertadas no concurso?
- 4) O que acontecerá com todos os funcionários contratados pelo Paraná Educação e CLT que trabalham há anos para o Estado do Paraná e que não foram aprovados no concurso, dentro do limite de vagas?
- 5) Os cargos serão providos todos imediatamente ou se darão ao longo da vigência do concurso e possível prorrogação do mesmo?
- 6) De que forma se dará a extinção do contrato dos atuais empregados públicos que foram aprovados, dos que não foram aprovados ou que foram aprovados, mas não assumir:
 - a) será a pedido do servidor?

b) Será demissão sem justa causa para que possa movimentar a sua conta do FGTS? Será paga a multa de 40% do FGTS?

c) Serão pagas quais verbas rescisórias?

7) Em que fase se encontra o concurso com vistas ao provimento dos cargos, assim como a extinção dos contratos vigentes?

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

São muitos os servidores que nos procuram solicitando estas informações.

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90, inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do Deputado Estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

Estas são as razões do pedido.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 676/2005

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Professor Furusato Tomio - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro em Ubatã.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Professor Furusato Tomio - Educação Infantil e Ensino Fundamental, localizada na Rua E, s/n, Jardim Josefina, do município de Ubatã, é um órgão de representação dos pais, mestres e funcionários do estabelecimento de ensino, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros, sendo constituída por prazo indeterminado e tem como objetivos:

- prestar assistência aos educandos, professores e funcionários, assegurando-lhes melhores condições de eficiência escolar, em consonância com a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- buscar a integração dos segmentos da sociedade organizada, no contexto escolar, discutindo a política

educacional, visando sempre a realidade dessa comunidade;

- promover entrosamento entre pais, alunos e professores e funcionários e toda a comunidade, através de atividades sócio-educativas, culturais e desportivas.

PROJETO DE LEI Nº 677/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Professora Cleide Maria Zamprônio - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro em Ubiratã.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Professora Cleide Maria Zamprônio - Educação Infantil e Ensino Fundamental, localizada na Rua Moacir Carmona Fogaça, nº 17, Conjunto JK, do município de Ubiratã, é um órgão de representação dos pais, mestres e funcionários do estabelecimento de ensino, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros, sendo constituída por prazo indeterminado e tem como objetivos:

- prestar assistência aos educandos, professores e funcionários, assegurando-lhes melhores condições de eficiência escolar, em consonância com a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

- buscar a integração dos segmentos da sociedade organizada, no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa comunidade;

- promover entrosamento entre pais, alunos e professores e funcionários e toda a comunidade, através de atividades sócio-educativas, culturais e desportivas.

PROJETO DE LEI Nº 678/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam obrigadas as clínicas, consultórios e estabelecimentos de estética que utilizam recursos de eletrotermofototerapia a manter um profissional fisioterapeuta, médico e/ou técnico e tecnólogo em estética, em suas dependências, responsável pela realização de tais procedimentos.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo aplica-se nos casos de procedimentos que utilizam principalmente a eletroterapia e outros, como: sonidoterapia, termoterapia, fototerapia, vacuoterapia e pressoterapia.

Art. 2º Cabe ao profissional fisioterapeuta, médico e/ou técnico e tecnólogo em estética a execução dos procedimentos e toda a responsabilidade das ações dos tratamentos de eletrotermofototerapia executados.

Art. 3º Os aparelhos que emitem correntes elétricas (utilizados em estética) devem obedecer as normas internacionais de segurança e qualidade.

Art. 4º O descumprimento da presente lei implicará na necessidade de adequação da clínica ou consultório em prazo estipulado pela vigilância sanitária ou, caso o proposto não seja atendido, na anulação das autorizações para o funcionamento dos respectivos locais.

Art. 5º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

O profissional Técnico e Tecnólogo em Estética Facial e Corporal possui hoje cursos profissionalizantes e superior regimentados pelo MEC - Ministério da Educação e Cultura, através dos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico e Superior. Criada em Brasília no ano de 2000 pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica, esta cartilha é dividida por áreas de atuação profissional onde seus colaboradores, para criação, foram profissionais e instituições dos mais diversos segmentos ligados ao conhecimento teórico prático nesta atividade profissional.

O quadro referencial do processo de produção estabelecido para a área de imagem pessoal compreende funções identificadas a partir da análise das competências requeridas para o exercício das atividades profissionais, demonstrando desta forma a seriedade com que este assunto é tratado. Cabe à Instituição de Ensino proponente do curso a incorporação em seu plano, das disciplinas que têm pertinência para serem administradas, baseadas no quadro de referenciais ora citadas.

No Capítulo IV - Matrizes da Referência pp. 19 a 41, na descrição das Competências, Habilidades e Bases Tecnológicas, encontram-se descritos os recursos que podem ser utilizados por profissionais Técnicos em Estética Facial e Corporal.

No cenário do mercado de estética paranaense, presumidamente, encontravam-se atuando mais de trinta mil pessoas, no ano de 2002, que tiveram sua formação por meios informais, conforme informações concedidas pela Apeco - Associação Paranaense de Estética e Cosmetologia do Estado do Paraná, hoje atual APE-PR - Associação dos Profissionais de Estética do Estado do Paraná. Este fato se tornou comum, pois anteriormente não havia cursos de formação acadêmica, sistematizada com embasamento anatomofisiológico voltados ao aprendizado neste segmento.

Em maio de 2002, através de uma atitude pioneira do Colégio Martinus, foi proposto o 1º Curso Técnico em Estética Facial e Corporal do Estado do Paraná, sendo este aprovado pelo Conselho Estadual de Educação em 16 de dezembro de 2002 sob parecer 1155/2002, conforme Resolução 325/2003 de janeiro de 2003, conforme LDB 9394/96 e Deliberação 02/2000. Hoje, existem mais instituições credenciadas aos Núcleos Regionais de Ensino do Estado do Paraná que promovem esta capacitação.

Pelo acima descrito, justifica-se o fato da aprovação deste projeto que assegura o direito de atuação ao profissional Técnico e Tecnólogo em Estética, que tem, na sua formação, todas as disciplinas que lhe preparam para atuação segura e eficiente neste segmento.

PROJETO DE LEI Nº 679/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a conceder incentivo aos produtores de frango e leite que beneficiem o produto dentro do Estado do Paraná com a redução do percentual de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços incidente sobre o consumo da energia elétrica em suas propriedades rurais.

Art. 2º Fica também autorizado o incentivo ao beneficiamento e industrialização destes produtos através de parcerias ou fomento à Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, que venham a desenvolver atividades para esta finalidade.

Art. 3º Fica também autorizado o Executivo Estadual a regulamentação desta lei, impondo cláusulas e obrigações necessárias à implantação do benefício, inclusive a estabelecer alterações orçamentárias que se façam necessárias para tal.

Art. 4º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Com os constantes aumentos na tarifa da energia elétrica, acima da inflação e da remuneração dos produtos, aliado a uma exigência de mercado e das empresas de integração para que os produtores automatizem os processos produtivos, acarretou um maior consumo de energia elétrica, sem a devida compensação nos lucros, esse consumo passou a ter um peso muito elevado no custo de produção, chegando a situações insustentáveis para os produtores.

Como se trata de uma atividade econômica que gera riquezas e fixa o homem no campo, e que exigem investimentos constantes para se adequar às exigências do mercado, julgamos necessário um incentivo para essa

cadeia produtiva, já que é um setor que também gera divisas com a exportação, mas em contrapartida sacrifica o produtor que trabalha praticamente sem retorno para fazer frente às suas necessidades de investimentos.

Além disso, nos deparamos recentemente com a crise causada pelo suposto ressurgimento de focos da febre aftosa, que criou barreiras para os produtos de origem animal do nosso Estado que não fossem industrializados, o que, além de enormes prejuízos, demonstrou a carência de setor industrial de beneficiamento no Estado do Paraná, estampado em notícias diárias veiculadas em todos os meios de comunicação, de produtores de leite utilizando sua produção diária como adubo, pois o beneficiamento do produto somente era feito no Estado de São Paulo, e no entanto o mesmo Estado estabeleceu barreiras sanitárias para nossos produtos.

Assim, Srs. Parlamentares, urge que providências sejam tomadas objetivando fomentar esse importante segmento econômico e produtivo de nosso Estado.

Esta iniciativa pretende fazer com que as autoridades responsáveis pelos órgãos governamentais do Paraná estabeleçam estudos aprofundados sobre o assunto e, com esta autorização legislativa antecipada por este projeto de lei, o Governo possa estabelecer uma política adequada de incentivo aos nossos produtores de frango e leite.

PROJETO DE LEI Nº 680/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a conceder incentivo que beneficie os produtores rurais estabelecidos no Estado do Paraná na aquisição de insumos agrícolas em geral.

Parágrafo Único. O incentivo de que trata este artigo poderá ser concedido na forma de redução de tributos fiscais incidentes sobre a comercialização de sementes, adubos e outros insumos relacionados à produção agropecuária de nosso Estado.

Art. 2º Fica também autorizado o Executivo Estadual a regulamentação desta lei, impondo cláusulas e obrigações necessárias à implantação do benefício, inclusive a estabelecer alterações orçamentárias que se façam necessárias para tal.

Art. 3º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Com os constantes aumentos dos preços das sementes e dos insumos agrícolas, acima da inflação e da remuneração dos produtos, aliado a uma exigência de mercado e das empresas de integração para que os produtores automatizem os processos produtivos, acarretou um

maior consumo de energia elétrica, sem a devida compensação nos lucros, esse consumo passou a ter um peso muito elevado no custo de produção, chegando a situações insustentáveis para os produtores.

Como se trata de uma atividade econômica que gera riquezas e fixa o homem no campo, e que exigem investimentos constantes para se adequar às exigências do mercado, julgamos necessário um incentivo para essa cadeia produtiva, já que é um setor que também gera divisas com a exportação, mas em contrapartida sacrifica o produtor que trabalha praticamente sem retorno para fazer frente às suas necessidades de investimentos.

Assim, Srs. Parlamentares, urge que providências sejam tomadas objetivando fomentar esse importante segmento econômico e produtivo de nosso Estado.

Esta iniciativa pretende fazer com que as autoridades responsáveis pelos órgãos governamentais do Paraná estabeleçam estudos aprofundados sobre o assunto e, com esta autorização legislativa antecipada por este projeto de lei, o Governo possa estabelecer uma política adequada de incentivo aos nossos produtores rurais, começando pela redução significativa dos valores dos insumos agrícolas, pois os preços praticados atualmente são inviáveis para a manutenção ou aumento da produtividade agrícola.

PROJETO DE LEI Nº 681/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É vedado ao Estado do Paraná conceder incentivos fiscais ou créditos de qualquer natureza para as empresas que por suas atividades causem danos a saúde e segurança dos trabalhadores.

Art. 2º O disposto nesta lei será regulamentado em trinta (30) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Constituição do Estado do Paraná, através do artigo 31, expressa que: *Ao Estado é vedado celebrar contrato com empresas que comprovadamente desrespeitem normas de segurança, medicina do trabalho e de preservação do meio ambiente.*

Por seu turno da Constituição Federal em seu artigo 170 afirma que: *A ordem econômica fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social...*

Observa-se que a regra constitucional é assegurada ao trabalhador o direito ao emprego e à geração de renda

dentro da perspectiva de desenvolvimento humano integral e em condições de digna de trabalho.

O presente projeto de lei visa, pois, garantir o direito ao trabalho e à preservação da vida e da dignidade do trabalho através da legítima atuação do Estado em seu poder de incentivo e normativo da ordem econômica (artigo 174 da CF/88). De outro é um incentivo à ação empresarial voltada para a realização do contido no artigo 1º da Carta Republicana que tem como fundamento: *...os valores sociais do trabalho...*

PROJETO DE LEI Nº 682/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declara de Utilidade Pública a Associação dos Municípios da Secção Palmital, com sede e foro no município de Assaí, no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Amigos da Secção Palmital, criada por agricultores na dita Secção, é uma associação civil de direito privado, cultural, esportiva, beneficente de caritativa, sem fins econômicos, buscando o progresso e bem-estar social.

Tem por finalidade fomentar as atividades agropecuárias em geral; estudar e discutir, harmoniosamente, os problemas que relacionem com a administração da riqueza das terras e do meio ambiente, promovendo conferências, palestras e reuniões, instalar, na medida do possível, campos de experiências agrícolas e/ou de pecuárias; instituir concursos e exposições para estimular a produtividade e melhoramento racional dos produtos; fomentar, entre jovens, crianças e adolescentes, atividades educacionais, culturais e esportivas, proporcionando entretenimento aos associados e seus familiares, entre outras, podendo, para alcançar seus objetivos, firmar convênios ou parcerias com outras entidades públicas e/ou privadas.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüentemente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa associação a favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 683/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a ceder ao município da Lapa o imóvel situado à Rua Barão do Rio

Branco esquina com a Rua Francisco Braga, registrado no Registro de Imóveis sob a matrícula nº 8.173.

Parágrafo Único. O imóvel descrito será utilizado pela administração direta ou indireta do Município.

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

O imóvel mencionado estava sendo utilizado pela Agência de Rendas Estadual e, atualmente está desocupado. A Prefeitura do Município demonstrou interesse para a criação de sua Agência de Rendas Municipal.

Já foram realizadas audiências com a Secretaria de Estado da Administração e com o próprio Governador. Ambos declararam que aceitam a proposta.

Assim, pela ocupação produtiva e em nome dos interesses comuns do Estado do Paraná e do município da Lapa, merece esta pauta a atenção e a aprovação dos nobres Deputados.

PROJETO DE LEI Nº 684/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As empresas de energia elétrica, água e esgoto, telefonia fixo e telefonia celular no Estado do Paraná deverão, no prazo e modo que estabelecerem o presente diploma legal, fornecer nas faturas e documentos de cobrança informações básicas no sistema braille.

Parágrafo Único. A impressão em braille será, obrigatoriamente, na parte superior do documento.

Art. 2º As empresas concessionárias poderão optar pela impressão em todos os documentos, ou realizar o cadastramento dos portadores de deficiência visual.

Parágrafo Único. Caso a empresa opte pelo cadastramento dos portadores de deficiência visual, deverá promover publicidade da forma e dos prazos desse cadastramento, dentro do prazo estabelecido no artigo 4º da presente lei;

Art. 3º A impressão em braille deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - Data de vencimento;

II - Valor;

III - Valor dos juros, multa por atraso; e

IV - Nome da empresa.

Parágrafo Único. Em caso de reaviso de vencimento a palavra Reaviso também será impressa em braille.

Art. 4º As empresas de que trata a presente lei deverão providenciar a impressão no sistema braille em até 180 dias contados da publicação da presente lei.

Parágrafo Único. As empresas que não cumprirem quaisquer dos dispositivos desse instrumento sofrerão multa de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por mês, até a devida regularização.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua promulgação.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

No Estado do Paraná milhares de portadores de deficiência visual não podem autonomamente saber quanto gastam de água, luz, telefone, necessitando de ajuda para terem acesso a essas informações.

A Constituição da República Federativa do Brasil em seu artigo 5º, inciso I, garante que todos os homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, devendo o Poder Público zelar pela garantia e execução desse princípio.

O presente projeto prevê que com baixíssimo investimento das empresas concessionárias de serviços públicos como a luz, água e a telefonia, o Paraná dará um passo importante na integração e no respeito aos portadores de necessidades especiais.

Garantir informação é garantir cidadania. Assim, garantir que os portadores de necessidades visuais tenham acesso às informações básicas de suas contas de telefone, água e luz, é garantir um pouco mais de cidadania a estes paranaenses.

PROJETO DE LEI Nº 685/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O tempo máximo de permanência dos corpos nas dependências dos Institutos Médicos Legais do Estado do Paraná, para realização de exames de necropsia ou cadavéricos em casos de mortes violentas ou suspeitas, fica limitado em três horas.

Parágrafo Único. Em caso de impossibilidade técnica de atendimento no prazo estabelecido no *caput* deste artigo, o médico legista de plantão deverá apresentar justificativa, por escrito, à família do falecido.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

A ocorrência da morte gera na família grande comoção, em especial se resulta de acidente inesperado. O tempo para liberação do cadáver para sepultura deve ser breve, para evitar que a dor dos familiares se prolongue.

Assim, o presente projeto visa disciplinar o tempo de permanência, com vistas a assegurar a dignidade no tratamento da família e do falecido.

PROJETO DE LEI Nº 686/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica incluído o inciso V ao Artigo 14 da Lei Estadual nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, com a seguinte redação:

“V - alíquota de 0% (zero por cento) para as operações e prestações com os seguintes bens, mercadorias e serviços:

a) cesta básica - a ser vendida fechada - onde a alíquota atinge todos os produtos que a compõem.”

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei em até em 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

Parágrafo Único. O decreto de regulamentação indicará a forma de aplicação da presente lei, bem como quais os produtos que podem integrar a cesta básica.

Art. 3º Esta lei entra em vigor no primeiro dia do mês de janeiro de 2006.

Sala das Sessões, em 07.11.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo primeiro isentar do ICMS Estadual, os produtos integrantes da Cesta Básica.

O objetivo segundo é contribuir, de forma eficaz, com as políticas públicas do Governo Federal e do próprio Estado, como a da Fome Zero e a distribuição de renda.

Por fim o objetivo terceiro é proporcionar, de forma concreta, aos cidadãos paranaenses, o barateamento da alimentação básica do dia-a-dia.

Sendo assim, espera-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição parlamentar.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos fazer uma inversão na pauta dos trabalhos de hoje porque o Grande Expediente está reservado - por solicitação da Deputada Cida Borghetti e aprovado por todos os Parlamentares - ao lançamento da Campanha de Combate ao Câncer de Mama bem como para lembrar o Dia Internacional da Violência contra a Mulher.

Lançamento da Campanha de Combate ao Câncer de Mama

Invertendo a pauta, passamos ao Grande Expediente e depois ao Pequeno Expediente. Iniciando os trabalhos passamos a palavra à Deputada Cida Borghetti, autora do requerimento aprovado por esta Casa de Leis e

Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente.

Proponente: Deputada Cida Borghetti (PP)

A SRA. CIDA BORGHETTI

Sr. Presidente Hermas Brandão, 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Paraná, Deputado Carlos Simões; 2º Secretário da Assembléia Legislativa, Deputado Geraldo Cartário; nossas queridas amigas.

Em especial quero cumprimentar Dona Emília Belinati, ex-Vice-Governadora do Estado do Paraná, ex-Deputada Estadual, brilhante Parlamentar nesta Casa, é uma honra a sua presença; nossos colegas Deputados e Deputadas, Deputada Luciana Rafagnin que muito tem colaborado. Não só os homens, mas as mulheres se unem a favor de dias melhores na saúde, na segurança, trazendo sempre a dignidade. Terezinha Pereira, que é a nossa 1ª Secretária de Defesa dos Direitos da Mulher na cidade de Maringá.

Muito obrigada ao Sr. Prefeito Sílvio Barros, pela sua atenção e esta causa tão nobre e a toda a sua assessoria que aqui está: Cida Magalhães, Soraia. E a nossa grande colaboradora e amiga incansável, essa grande mulher que é a Tânia Gomes, que preside essa Associação tão importante, a AMA - Associação das Amigas da Mama, que tem sido um exemplo para todo o país, toda a sua diretoria voluntária que aqui está, todas as amigas da mama, hospitais, entidades que representam esta causa tão justa e nobre. Agradeço aos Srs. Presidentes e aos nossos colegas Deputados que aprovaram por unanimidade esta tarde, que vai marcar com certeza a história do Paraná e também, tenho certeza que é a pioneira a nível nacional.

(Lê):

“Nobres colegas.

Recebemos hoje a Associação das Amigas da Mama, cuja organização tem como principal missão apoiar e ajudar as mulheres com vivência de câncer de mama, compartilhando sentimentos e experiências diante do diagnóstico do tratamento.

A cada ano cerca de quarenta mil mulheres recebem o diagnóstico de câncer de mama, sendo a primeira causa de morte entre o público feminino.

Após o diagnóstico, de imediato, a mulher é colocada na posição de escolher entre as opções de tratamento disponíveis. Nesse curto espaço de tempo, a vida da mulher sofre imensa transformação diante do impacto inicial do diagnóstico e da necessidade do início imediato de tratamento.

A Associação das Amigas da Mama - AMA, fundada por um grupo de mulheres que vivenciou o câncer de mama, sentiu a necessidade de orientar outras mulheres.

Através de projeto de lei aprovado nesta Casa, com o apoio de todos os Deputados, sancionado pelo Gover-

nador do Estado, instituímos o dia 27 de novembro como o Dia de Luta contra o Câncer de Mama no Paraná.

Este Grande Expediente é informativo para que todos saibam o que vai acontecer, nessa data.

Trata-se de um dia de alerta no Estado, para que as mulheres lembrem, através de campanhas de esclarecimento, dos riscos da doença e busquem métodos de detecção precoce. Utilizamos esta tribuna para lembrar, também, que o dia 25 de novembro é o Dia Internacional de Não-Violência Contra as Mulheres.

A violência contra as mulheres não tem cor, classe social nem raça. É maléfica, absurda e injustificável! No mundo, cinco dias de falta ao trabalho decorrem da violência sofrida pelas mulheres em suas casas, resultando, a cada cinco anos, na perda de um ano de vida saudável.

No Brasil, esta forma de violência compromete 10,5% do Produto Interno Bruto - PIB. Aproveitamos esta oportunidade, quando em todo o mundo são denunciadas situações de violência contra as mulheres, para cobrar do Presidente da República, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a aprovação da Lei nº 4559, de 2004, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do parágrafo 8º do artigo 226 da Constituição Federal.

O Projeto de Lei nº 4559, de 2004, é de autoria do Poder Executivo Federal, e tem substitutivo da Deputada Jandira Feghali, Relatora na Comissão de Seguridade Social e Família. Essencial a aprovação do substitutivo apresentado pela Deputada Jandira Feghali, com a aprovação dessa lei, os casos de violência contra a mulher deixarão de ser abrangidos pelos juizados especiais e serão criadas as varas especializadas em violência contra a mulher.

Inadmissível considerarmos a violência contra a mulher violação de menor potencial ofensivo. Já está consagrado em todas as convenções e tratados internacionais, ratificados pelo Brasil, que a violência contra a mulher é uma violação aos direitos humanos.

Através do projeto de lei em tramitação na Câmara Federal, integrará o conceito do crime de violência doméstica e familiar contra a mulher o dano moral, o dano patrimonial e o dano contra o corpo.

O novo Código Civil ampliou bastante as possibilidades de responsabilidade civil e nessa esteira, essencial conceder às mulheres tiranizadas, essa possibilidade de ressarcimento.

Através dessa legislação serão instituídas: medidas protetivas de urgência; fixação de limite mínimo de distância entre a vítima, seus familiares, as testemunhas e o acusado; a inclusão da possibilidade de o juiz determinar a separação de corpos; determinação para que o Ministério Público cadastre os casos de violência contra a mulher; inclusão de parágrafo único ao artigo 152 da Lei de Execução Penal, pela qual, nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar ao acusado a obrigatoriedade de comparecimento a programas de recuperação e reeducação.

O artigo 14 do substitutivo da Deputada Jandira Feghali dispõe que os estados e o Distrito Federal criarão juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher para conhecer e decidir as ações cíveis e penais previstas nessa lei, cabendo ao Poder Judiciário estabelecer sua proporcionalidade por demanda e número de habitantes, dotá-los de infra-estrutura, dispor sobre o atendimento, inclusive em plantões.

O artigo 18 do mencionado projeto de lei veda a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, prestação inominada, multa ou similar. Só serão aplicáveis penas restritivas de direitos.

Pedimos a todos o apoio ao substitutivo da Deputada Jandira Feghali.

Denuncie a violência nas delegacias especiais de Polícia, conselhos e coordenadorias que tratam dos direitos da mulher!

Procure os órgãos de saúde!

O silêncio gera impunidade!"

Quero neste minuto agradecer à presença de todos mais uma vez, e gostaria, em nome da minha amiga Sueli Piazzeto, artista plástica, muito querida, que me trouxe neste momento um poema maravilhoso de Thiago de Mello, que tem muito a ver com essa luta, com o dia de hoje.

(Lê):

"O Canto de Esperança das Flores de Sueli:

Na cor lilás da tua pétala
dorme a dor encardida
de quem não soube amar.
Nem aquém nem além
da flor que só o amor dá.

Parece um sol o botão
que vai se abrir, rosado.
Mas é a luz malferida
do coração aberto
iluminando o chão.

O campo dorme dourado
enquanto a flor acorda
tangida, em seu caminho,
pelo milagre simples
da força do orvalho.

Um dia que não tardará,
lavado de luz da infância,
os homens pisarão,
sem machucar nenhuma,
as flores que tu inventas:
e os homens e a flores
juntos cantarão, contentes,
um cântico de esperança.

Thiago de Mello
novembro 85".

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Neste momento teremos a apresentação do Coral de Vozes da AMA - Associação das Amigas da Mama.

(Apresentação do Coral)

Oradoras:

Concedemos a palavra à Sra. Tânia Gomes, Presidente da Associação das Amigas da Mama.

Sra. Tânia Gomes - Presidente da AMA**A SRA. TÂNIA GOMES**

Nossos cumprimentos a todos os presentes, gostaria de me dirigir em especial à Deputada Cida Borghetti que tão sensivelmente juntou-se a nós nesta causa, que é a luta contra o câncer de mama. Gostaria também de agradecer ao pastor Edson, que gentilmente está participando da nossa campanha, através dos nossos lacinhos cor de rosa.

Também trago uma mensagem da América Mama, que no dia 18 de novembro estará realizando em Santiago do Chile a 2ª convenção latino-americana de entidades filantrópicas que lutam contra o câncer de mama. Trago a mensagem da Graziela e Dr. Alfredo Barros, que infelizmente não puderam estar presentes, mas que são solidários nesta nossa caminhada.

Gostaria de me dirigir ao Coral das Amigas da Mama, dizendo a vocês que a emoção nos toma o coração, porque sabemos que este Coral, na sua maioria, é formado por mulheres que tiveram a vivência de câncer de mama. É o único coral do Brasil que tem esta característica. Então, é preciso que todos saibam que valor têm essas vozes maravilhosas que tivemos oportunidade de ouvir.

Também cumprimento a todas as nossas amigas, parceiras, sorotimistas, que estão sempre ao nosso lado, Srs. Deputados; gostaria de dizer a vocês que para nós, estarmos hoje aqui é sentirmos o sabor da vitória, porque para nós, que somos tão humildes, tão pequenas, isto representa muito.

Gostaria de iniciar minha fala com uma frase que diz o seguinte: “nem a lua precisa do corpo inteiro para encantar o mundo”. Não é porque perdemos uma partezinha do nosso corpo vamos deixar de encantar o mundo.

Falo em nome de um grupo de mulheres às quais tenho a honra de representar, na qualidade de Presidente da Associação das Amigas da Mama. Neste grupo, reúnem-se mulheres de todas as idades, várias profissões, diferentes estados civis e grau de instrução. Esta doença não é nada seletiva. Diversas mulheres, unidas pelo mesmo drama: a vivência do câncer de mama.

A opção pela vida, ou pela morte, um dia esteve em nossas mãos. Optamos pela vida, e para isso a força veio de um Deus interior, poderoso, que nos atribuiu uma

grande missão aqui na terra: o de poder ajudar outras mulheres que estão passando pela mesma situação.

O câncer de mama tem se manifestado de forma crescente nos últimos anos, vitimando também mulheres cada vez mais jovens. As estatísticas são assustadoras, triste realidade. No entanto há esperança nessa adversidade, principalmente nos altos índices de cura para o diagnóstico precoce da doença. Inúmeras mulheres hoje se deparam com o problema e vivenciam a descoberta da doença, momento difícil, porque ainda que a família as apoie integralmente, não há muito o que dizer, é uma situação nova e de pânico, todos sofrem.

Mas, é preciso seguir adiante, com este intuito, essas mulheres que já venceram a doença, se reúnem num ato de solidariedade e amor para darmos exemplos bonitos de vida. Eis aqui essas mulheres guerreiras, vitoriosas, que juntas diminuem o efeito devastador da doença.

Para nós a vida tem um sabor de conquista, vivemos cada minuto e sabemos que somos diferentes, que a vida nos fez diferentes, pois somos vencedoras e prontas para ajudarmos e alertamos a população; somos um grupo com muita vontade de viver, de amar, de sentir, de doar e de receber; fazemos feliz cada sagrado momento que estamos aqui, incumbidas desse espírito de luta e apoiadas pela Deputada Cida Borghetti é que abraçamos a campanha: “Vamos vestir Curitiba de Cor de Rosa”, projeto este fruto da Lei nº 14.854, já sancionada pelo Sr. Governador Roberto Requião, e que institui o dia 27 de novembro o dia de luta contra o câncer de mama.

A todos que nos ajudaram na superação da doença, e de nós mesmas, o nosso agradecimento. E quero terminar lembrando uma frase que também traduz muito a nossa caminhada: “Quem enxuga a lágrima dos outros não tem tempo para chorar”.

Então esta é a nossa ação como amigas da mama. Estamos sempre prontas para estender a mão para o nosso próximo e para ajudarmos as pessoas. E gostaria de trazer a vocês, neste momento, um exemplo vivo, e convidaria a Juciele, jovem, para que ela conte um pedacinho do que foi sua vida em relação ao câncer de mama.

A SRA. GRECIELE JUCIELE

Muito boa tarde a todos.

Em nome dessas mulheres que enfrentam a realidade do câncer de mama, gostaria de contar um pouquinho da minha história de luta contra este câncer.

Aos 22 anos recebi o diagnóstico de câncer de mama, infelizmente em estado avançado. Meu caso foge às estatísticas sobre a doença porque, além de ser muito jovem, estava amamentando o meu filho de dez meses, e estava numa segunda gestação, na oitava semana da segunda gestação. Os médicos que toparam com aquela situação não sabiam o que fazer, porque eu precisava de um tratamento muito agressivo e urgente, a gravidez tornou-se incompatível, a melhor solução seria então a interrupção. E assim iniciamos uma séria de discussão sobre a eficácia, a legalidade, a humanidade, a ética de um trata-

mento dessa dimensão. Como uma mãe pode decidir por interromper a vida de seu filho para poder se tratar? Para poder lutar pela sua própria vida? E ao mesmo tempo que direito tinha eu de submeter o meu filho a um tratamento tão agressivo, a remédios tão fortes que poderiam causar danos muito sérios à sua formação. Dentro dessa discussão consegui enrolar os médicos e, quando a gestação entrou na 12ª semana, eu por conta e risco assinei um termo de compromisso e iniciei as sessões de quimioterapia. Tive uma gravidez muito abençoada.

Hoje, minha filha Cecily Valentine tem um ano e quatro meses de muita saúde e perfeição. Somos vitoriosas sem dúvida nenhuma, ela está ali na tribuna de honra. E conforme a vida vai voltando ao normal, percebo quantas lutas ainda tenho pelo caminho, agora como cidadã brasileira.

No ano passado, em meio a todo esse tratamento continuei meus estudos e me formei em Ciências Sociais e agora estou fazendo pós-graduação. Estou tentando entrar no mercado de trabalho e não está fácil. Confesso que tenho medo de enfrentar o mercado de trabalho competitivo e preconceituoso. Que empresário vai dar um emprego sabendo da minha doença? E ainda tenho enfrentado muitas filas de burocracia para conseguir um remédio, porque é necessário a continuidade do tratamento que é muito caro e não estou conseguindo arcar. Não está sendo fácil!

Por fim, quero dizer que todos nós estamos sujeitos a ter câncer. As pessoas que amamos também estão sujeitas. Não importa mais a herança genética ou a idade. Os índices de câncer vêm aumentando a cada ano. E, acima de tudo, o câncer é uma corrida contra o tempo.

Por isso, campanhas de prevenção são muito importantes, e é importante abraçar a causa das “Amigas da Mama”, porque fazem um trabalho de prevenção belíssimo.

É preciso pensar mais nos pacientes de câncer, para que todos possam ter um tratamento com dignidade. Não apenas durante o tratamento, mas principalmente nos anos seguintes do diagnóstico. Ter qualidade de vida é o mais importante para evitar uma reincidência da doença. Como podemos ter qualidade de vida se nossos direitos ficam esquecidos? Se precisamos enfrentar um mercado de trabalho preconceituoso e uma saúde pública deficiente.

É preciso mudar o modo de ver os pacientes com câncer. E é essa a iniciativa do projeto.

Luto pela oportunidade de criar os meus filhos e dar a eles um futuro digno. Luto pela oportunidade de exercer a minha profissão e ajudar a construir um mundo mais justo.

Muito obrigada!

A SRA. TÂNIA GOMES

Gostaria que a Juciele apresentasse a sua filha, fruto de toda essa luta.

(Traz a filha ao plenário) (Aplausos)

Vale a pena! Tem que ter coragem de enfrentar, porque o resultado só Deus pode nos dar, essa grande felicidade que Juciele teve, de ter a Cecily nos braços feliz, sadia e perfeita.

Gostaria de convidar a Maria de Lurdes que é a coordenadora do projeto “Vamos vestir Curitiba de Cor-de-rosa”.

Sra. Maria de Lurdes Dias

A SRA. MARIA DE LURDES

Boa tarde a todos.

Para entender melhor o porquê do laço cor-de-rosa lerei a história do laço cor-de-rosa.

Um homem atraente de meia idade entrou em um bar e sentou-se. Antes de fazer o pedido, notou que um grupo de homens mais jovens que estavam em uma mesa perto da sua, riam dele.

Lembrou-se da pequena fita rosa que levava na lapela de seu blazer e viu que se tratava de gozação, Olhou um deles diretamente nos olhos, levou o dedo até a lapela e apontou:

- Isto?

O outro lhe respondeu:

- Desculpe, amigo, mas estávamos comentando como está bonito com essa fitinha rosa em seu blazer azul!

O senhor que usava a fita convidou-o para sentar com ele em sua mesa e disse-lhe:

- Uso esta fita para chamar a atenção sobre câncer de mama. Uso-a em homenagem à minha mãe.

- Sinto muito, ela morreu de câncer de mama?

- Não, ela está sadia e muito bem, mas foram seus seios que me alimentaram quando eu era bebê. Também a uso em honra à minha esposa, foram seus seios que alimentaram nossa filha de vinte e três anos.

- Já sei, suponho que também usa essa fita em honra à sua filha?

- Não, é muito tarde para isso. Minha filha morreu de câncer de mama há um mês. Ela pensou que era muito jovem para ter câncer, assim quando, acidentalmente, notou uma pequena protuberância em seu seio ignorou. Pensou que como não a incomodava e nem doía não havia com que se preocupar. Portanto, em memória de minha filha uso esta fitinha com muito orgulho. Isso me dá oportunidade de falar com outras pessoas para que incentivem as mulheres a praticar, regularmente, o auto-exame das mamas e a fazer a mamografia uma vez por ano.

- Tome. O homem buscou no bolso e entregou ou outro uma pequena fita cor-de-rosa. Ele pegou, olhou-a e disse:

- Poderia me ajudar a colocá-la?

Como fizemos hoje, quando vocês entraram: oferecemos a fita rosa. Doamos essa fita e pedimos que colocassem, que todos a usassem. O objetivo principal dessa campanha é conscientizar a população sobre a necessidade da prevenção do câncer de mama.

O câncer de mama, quando descoberto a tempo, todos nós sabemos, tem cura. Seja também você um multiplicador. Vamos todos juntos abraçar essa idéia.

Obrigada!

A SRA. TÂNIA GOMES

Agora, gostaria de convidar a idealizadora do projeto, Márcia Campos, que faz parte da nossa assessoria de imprensa, porque somos uma entidade sem fins lucrativos, mas não quer dizer que não tenhamos todo o suporte necessário.

Gostaria de fazer um registro de que a nossa assessoria de imprensa realiza o trabalho voluntariamente e que essa pequena grande mulher que estará aqui conversando com vocês é uma pessoa incansável, assim como a nossa especial amiga Ana Paula, que não medem esforços para levar adiante o nome das amigas da mama. Por favor, Márcia.

A SRA. MÁRCIA CAMPOS

Pequena grande vocês já sabem por que, não é? Vai ser um problema para os fotógrafos, mas depois estarei ao lado.

Boa-tarde a todos!

(Lê):

“Laços são conhecidos como símbolo de compromissos contraídos espontaneamente.

Ao tornar-me voluntária da Associação das Amigas da Mama, deparei-me com uma realidade até então vista por noticiários, onde personagens eram apresentados e logo desapareciam, fugazes. Passei a conhecer mulheres de carne e osso e que faziam da experiência do câncer de mama um canal para falar a outras mulheres sobre a doença.

O voluntariado se apresentou com uma opção de contribuir, ainda que de forma minúscula neste universo de necessidades, e o resultado efetivo está na idealização da Campanha “Vamos vestir Curitiba de Cor-de-Rosa”. Muito mais do que simplesmente vestir a cidade de cor-de-rosa, é preciso, literalmente, estar sentindo o cor-de-rosa, que traz, no significado das flores, o amor sublime.

E é isto o que queremos para o Dia de Luta Contra o Câncer de Mama no Paraná, fazer do amor sublime uma corrente que se estenda além da prevenção e da orientação. E o que pode ser mais sublime do que o amor ao próximo? Próximo, sim, no masculino, que é para não esquecer que os homens também têm câncer de mama.

Que esta corrente seja forte o suficiente para abrigar senhores de gravata com laços cor-de-rosa na lapela sem preconceitos ou vergonha, sendo também canais para que se fale sobre o câncer de mama.

Que seja forte o suficiente para que todos, sejam homens ou mulheres representantes do povo, voltem seus olhos não apenas para este dia em especial, mas para os outros que se seguirão, promovendo políticas públicas que promovam amparo às mulheres que ainda vão passar pela doença.

Recorro aqui mais uma vez à imagem dos laços. Eles têm o poder de atar e desatar, de nos ligar a uma causa abraçada mundialmente.

Assim como as Amigas da Mama optaram por fazer a diferença, que o Estado do Paraná, através de nossos representantes, possa servir de exemplo para o país ao se engajar nesta campanha, levando-a a seus municípios.

Todos temos o livre arbítrio de usar ou não o laço cor-de-rosa. Assim como todos temos o livre arbítrio de participar, de se engajar ou não a esta campanha. Mas temos o dever, a obrigação de fazer deste um mundo melhor.

Portanto, a hora é agora. Hora de vestir o interior de amor sublime e o exterior de cor-de-rosa, na certeza de que não há nada melhor do que ter feito a lição de casa, ter o dever cumprido.

A adesão de cada um dos presentes no Dia de Luta contra o Câncer de Mama no Paraná vai ecoar nas consciências da população em busca de ações preventivas. Vai se refletir na queda dos números cada vez mais alarmantes da doença. Vai representar mães sadias amamentando futuros paranaenses. Vai significar gerações e mais gerações de mulheres paranaenses protegidas contra o câncer da desinformação.

Vamos juntos “Vestir Curitiba e o Paraná de Cor-de-Rosa”!

Obrigada.

Abracem essa causa, abracem as mulheres, abracem os futuros brasileiros, abracem os futuros semelhantes, abracem as próximas gerações. O abraço é recíproco, pois vocês serão abraçadas. Pois todas aqui somos mães, filhas e é isso. Abracem esta causa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, façam do dia 27 que já foi homologado um dia de exemplo para o Brasil. Que esse dia se torne mundial e que a partir daí as estatísticas diminuam.

Este é um ponto de partida. Contamos com a colaboração de todos vocês e sabemos desde já que essa campanha tem tudo para ser um sucesso visto esse auditório maravilhoso hoje composto.

Agradeço muito e vou agradecer muito mais no dia 28, quando estaremos na Boca Maldita fazendo a campanha de prevenção.

Muito obrigada.

A SRA. TÂNIA GOMES

Agradecemos à Associação Amigas da Mama e passamos um lembrete, uma lição de casa para cada um: coloquem um laço cor-de-rosa no seu prédio, na sua loja, vista as suas vitrines, os seus manequins com rosa, com laços. Claro que estamos usando a cor para chamar a atenção para o problema. E é isso que precisamos.

A forma de você colaborar é estar solidário como a nossa amiga Marcinha colocou. Venha junto, venha participar, leve esta mensagem a outras pessoas. Entrem no nosso site, temos a recomendação do nosso site: www.amigasdamamapr.com.br, lá estará o projeto, lá você saberá como deverá operacionalizar.

Gostaria de tomar essa liberdade e chamar a minha amiga Cida, que viesse ao meu lado, minha conterrânea, para que, juntas, pudéssemos, a partir desse momento lançar: “Vamos Vestir Curitiba de Cor-de-Rosa”.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP)

O Paraná todo também. Vamos abraçar essa causa e juntas combater o câncer de mama.

Muito obrigada.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Queremos agradecer a presença e cumprimentar as senhoras que nos visitam hoje, a Presidente da Associação, Sra. Tânia. Esta Assembléia teve o orgulho de recebê-las nesta Casa, hoje. Um cumprimento especial à nossa eterna Vice-Governadora Emília Belinati, que está também presente neste movimento. A todos, os nossos agradecimentos pela presença.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP)

Pela Ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Um último aviso. Gostaria de comunicar, nesta Sessão Especial, muito brilhante, que o dia 23 de novembro também é um dia de luta. A nossa coordenadora Olívia Samek que está conosco é uma mulher vitoriosa, que passou por vários problemas, como os que estamos discutindo aqui na tarde de hoje. Ela está aí, bonita, formosa, trabalhando e é coordenadora desta campanha do dia de luta contra o câncer infantil. No dia 23 de novembro convidamos todos, através da nossa coordenadora Olívia Samek, para que possamos ajudar as nossas crianças e combater o câncer infantil.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela paciência. Agradeço a todos os nossos colegas Deputados e Deputadas, a imprensa, os voluntários, a Tânia Gomes, através da Associação das Amigas da Mama, as minhas colegas Deputadas Elza, Arlete e Luciana que têm sido incansáveis. Nós quatro somos extremamente unidas a favor de um Paraná mais justo, um Paraná melhor.

Muito obrigada a todas.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está suspensa a Sessão por cinco minutos.

(Suspensa a Sessão)

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Reiniciando os trabalhos, passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário do PDT, concedo a palavra ao Deputado Neivo Beraldin.

Liderança do PDT: Deputado Neivo Beraldin

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem, domingo dia 06, junto com o Deputado Nelson Justus, tivemos a satisfação de participar das comemorações dos 208 anos de Antonina. Desfile muito bonito, organizado pelo Prefeito Cleber e sua equipe. Foi uma manhã muito proveitosa. Na sequência fomos até Quitandinha. Chegamos ao distrito de Quitandinha aparentemente calmo e de repente vem um vereador chamado Boca, junto com a comunidade falar comigo: Olha, Deputado estamos, aqui em Quitandinha com um enorme problema. Aparentemente o Prefeito daqui formou um consórcio com mais seis municípios e quer atrair o lixo para Quitandinha”.

Então, pedi para que os moradores nos conduzissem até o local que seria o aterro sanitário. Fui até a casa de quem vendeu um alqueire de terra à Prefeitura para que se instalasse então esse pretensão aterro sanitário. Seis municípios formam um consórcio e esse consórcio é liderado pela Sanepar. Agora, o que nos preocupa foi o porquê que um município como Quitandinha teria interesse de receber o lixo de Agudos do Sul, de Campo do Tenente, de Contenda, de Piên, de Tijucas; formaram um consórcio e o local onde estaria preparado para esse consórcio e para esse depósito do lixo seria um lugar onde tem um bosque maravilhoso, um rio que passa perto e onde tem algumas nascentes de água. Então, ontem, conversando com esses proprietários da terra que venderam, eles disseram: “aqui temos a nossa horta, as nossas galinhas a nossa vida comunitária e não temos o problema de contaminação do rio, nem contaminação dos peixes e nem temos a necessidade de atrair o lixo dos outros municípios”.

Acho que cada município deveria estabelecer o seu aterro para poder consumir, sobre tudo esses municípios menores. Mas aí, pela manhã estivemos então na Suderhsa, perguntando qual é o projeto que tem relação a esse assunto.

Encaminhamos ao Darci Deitos para que nos informe e para que nos envie uma cópia do projeto devidamente acompanhado de estudos de impacto e licença ambiental. Especificar os motivos da instalação do referido aterro do município de Quitandinha. E quais os municípios que serão atingidos pela coleta destinada a esse lixo. Enviar cópias de convênios celebrados a fim de realizar o referido aterro sanitário. Encaminhar processo que originou a aquisição da área onde será insta-

lado o aterro sanitário com pareceres técnicos e pareceres jurídicos, provas de domínio, recibo de valores, enfim, todos os documentos necessários.

Da mesma forma encaminhamos ao Presidente da Sanepar algumas solicitações de projetos. Quem vai fazer o transporte desse lixo até Quitandinha? Porque aparentemente a Sanepar entraria com esse projeto e depois certamente, com o tempo poderia abrir uma licitação e terceirizar esse serviço e, nós sabemos que esse transporte do lixo de um município para o outro que é sempre longe vai acabar encarecendo e, naturalmente vamos causando aí mais uma indústria, ou mais um monopólio de lixo como temos em outros lugares.

O Sr. Rafael Greca (PMDB) (Aparte)

Deputado Neivo, eu felicito V. Exa. pela sua preocupação ambiental que é sempre conhecida, não só aqui na Assembléia, mas em toda comunidade paranaense. Mas, eu não vejo tanto mal assim num consórcio de municípios para a criação de um aterro.

Quando fui Prefeito de Curitiba, acolhi por consórcio todo o lixo da região metropolitana, no aterro da Cachimba. Com a separação do lixo, do lixo que não é lixo orgânico, nós conseguimos aumentar a vida útil do aterro da Cachimba, que está agora praticamente para se acabar.

Acho que essa questão ambiental pede muita seriedade, deve ser usada como uma condição de unidade entre vários municípios. O espírito dos municípios se consorciarem para enfrentar um problema me parece muito bom. Claro, que têm que ser tomadas as cautelas ambientais. Mas, é muito melhor, no meu ponto de vista, um único aterro maior, do que cinco ou seis aterros, porque constitui maior dano ambiental a longo prazo. A outra possibilidade é o uso do sistema de compostagem por baías que são ventiladas, aeradas, como se faz no município de Novo Hamburgo.

Há uma empresa aqui em Colombo chamada Pep-sul, que se disporia a fazer esse serviço. É incrível que usina de lixo orçada em quinhentos milhões de reais, pode ser decomposta em cinco usinas de lixo, de cinco milhões de reais, se for usado esse sistema de compostagem por aeração.

Então, é uma tecnologia brasileira que está sendo usada em Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, e que poderia resolver o problema da região metropolitana, com muito pouco resíduo. Quero ser o seu parceiro nessa discussão até para orientarmos os municípios da região, com relação à solução de engenharia, biodegradável e inteligente.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Agradeço o aparte de V. Exa.

Por isso que eu fiz os requerimentos para que a Sanepar e a Suderhsa nos informem tecnicamente o que é que foi feito até agora, porque pessoalmente não foi feito absolutamente nada, apenas a Câmara de Vereadores está aprovando um consórcio aonde o lixo da região iria para

Quitandinha. Simplesmente nós estaríamos diante de uma situação de pânico da população de Quitandinha, porque V. Exa. há de convir comigo que seis municípios passando com caminhões, no meio da cidade, passando direto para aquele aterro que fica perto também da cidade de Quitandinha. Certamente ali é lixo hospitalar, lixo de várias sortes.

O Sr. Rafael Greca (PMDB) (Aparte)

Lixo hospitalar é uma loucura, Deputado. Eu comprei um caminhão incinerador, o Ministério Público mandou desmanchá-lo. Agora, Curitiba joga de novo o lixo hospitalar no aterro. O meu incinerador era reconhecido internacionalmente.

Aliás, não comprei, eu ganhei a fundo perdido, num convênio que fiz com o governo japonês.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Por isso mesmo que temos que nos aprofundar nessa matéria, porque o povo que lá está, precisa ter uma orientação, precisa ter uma audiência pública e, é preciso que tenha um estudo do impacto ambiental. Qualquer obra que se faz com o meio ambiente evidentemente se requer os estudos que são fundamentais para dar o andamento aos projetos.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB) (Aparte)

Só quero dar um testemunho a V. Exa., o Prefeito Neco, de Quitandinha, é um jovem, um professor, ligado à juventude, um homem inteligentíssimo. Jamais faria alguma coisa contra a população ou ao meio ambiente. V. Exa. tenha certeza, o Prefeito Neco quebrou um tabu das oligarquias de Quitandinha removendo o lixo, o expúrio da política de Quitandinha com a juventude, com os professores e com os alunos. Eu participei de sua campanha, é meu companheiro. V. Exa. tenha certeza que será o melhor possível e talvez seja um exemplo para os municípios da região metropolitana do Paraná.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Não conheço o Prefeito, mas sei que um alqueire de terra dificilmente dá para agregar um aterro de seis municípios. Pelo que eu vi, exatamente a terra está colocada perto da mata e perto de nascentes.

Então, vamos aos projetos de estudos de impacto ambiental, aí sim poderemos partir para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Concedo a palavra ao Deputado José Domingos Scarpellini, do PSDB.

Liderança do PSDB: Deputado José Domingos Scarpellini

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, meus senhores e minhas senhoras.

Recebemos a ilustre visita aqui hoje, das mulheres que vieram para uma sessão pelo combate ao câncer de mama, promovido pela Deputada Cida Borghetti. E temos a ilustre visita de uma dezena de pessoas deficientes. Vale lembrar aqui o pensamento de Kennedy quando diz “posso aceitar que o deficiente físico seja vítima do destino. Só não posso aceitar que também sejam vítimas da nossa indiferença”.

Sejam bem-vindos a esta Casa que é a Casa do povo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho à tribuna para trazer uma denúncia que nos chega com relação aos funcionários da Sanepar de Maringá. Mais precisamente os que atendem o 115. São doze funcionários abnegados que prestam atendimento à população e que estão sendo transferidos com a extinção desses serviços e a centralização em Curitiba.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Como pode se fazer uma coisa dessas. Tira o atendimento à população e região e atingem os seus funcionários que serão transferidos para outras cidades. Num total desrespeito aos trabalhadores da Sanepar e aos consumidores de Maringá. Segundo o Sindicato da categoria, eles alegam que não há mais vaga. Que quatro permanecerão em Maringá e que ainda haverá um concurso em dezembro com 54 novas vagas. Ora! Alega-se que não tem vagas e por isso estão transferindo e acabando com o serviço porque abrem um concurso para mais 54.

Então, o nosso protesto à decisão do Sr. Stênio Jacob, porque ele prejudica mais uma vez com essa política, o interior do Estado. Prejudica o consumidor e prejudica os trabalhadores da empresa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos, durante esses dias, seguidamente sido abordados por jornalistas, por Deputados, enfim, por homens da imprensa e por cidadãos que vêm até nossa pessoa para querer saber, exatamente, sobre a questão de uma lista, uma lista que é o “mensalão” ou o “mensalinho” do Paraná e que está em nossas mãos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Gostaria que V. Exa. pedisse se possível, a melhoria do som, porque eu não estou ouvindo o Deputado Scarpellini.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito à equipe técnica para que verifique por que o som não está chegando bem aos Parlamentares.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Sr. Presidente, melhorou. Agora, parece que nossa voz, que esta voz tem dono. Ou o dono é o dono da voz, realmente. Aquela música do Chico Buarque de Holanda, que diz: “a voz do dono e o dono da voz”.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a abordagem constante que nós temos recebido durante esses dias com relação à lista, quero dizer ao Sr. Presidente e aos Srs.

Deputados, a esta Casa, aos jornalistas, aos empresários, que realmente recebemos uma lista, que diz-se ser a lista do “mensalinho” do Paraná.

Não quero cometer e não vou cometer nenhuma injustiça em divulgar a lista. Tenho o original dela e estamos fazendo um levantamento. Falei com o Sr. Presidente, hoje, sobre isto, estamos avaliando a possibilidade da veracidade dela e da comprovação dos dados que ali estão escritos.

Vamos, a partir dessa avaliação, pedirmos uma providência ou fazermos, se for o caso, uma denúncia. Estou preparando um pedido de informações para que a Assembléia encaminhe ao Secretário da Comunicação Social do Governo, para que explique a esta Casa a questão dos empenhos, das notas fiscais emitidas por empresas prestadoras de serviços que estão vinculadas à Pasta da Secretaria. E vamos, com a documentação em mãos, é evidente, tomar as providências necessárias.

Agora, não queremos - e não é isto o que o povo quer - cometer nenhum tipo de injustiça contra quem quer que seja. Não é do nosso feitio e nem vamos permitir que esta lista seja objeto de uso maléfico para destruir uma ou outra pessoa. Nosso objetivo é a clareza, é para que se possa responsabilizar as pessoas, se realmente elas forem devedoras de alguma coisa a ser paga, tanto na justiça quanto na parte financeira, junto ao Governo do Paraná.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, era este nosso esclarecimento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedemos a palavra ao Deputado Plauto Miró Guimarães, no horário destinado ao PFL.

Liderança do PDL: Deputado Plauto Miró Guimarães

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores visitantes. Subo à tribuna para confirmar tudo que aqui tenho falado. Tenho alertado, chamado a atenção, tenho pedido ao Governo do Estado do Paraná para agir, Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, contra a mortandade que tomou conta dos paranaenses, por falta de atendimento na área da saúde.

Quero falar do Paraná, como um todo. O jornal Gazeta do Povo publicou no domingo, mais de quatro páginas mostrando a falta de atendimento na área da saúde no Estado do Paraná. Eis a manchete: “À espera de UTI, três pacientes morrem a cada dia no Estado do Paraná”. Internamente no caderno da Gazeta do Povo: “Em um ano, nos últimos doze meses, 1028 pessoas morreram à espera de UTI”. No mesmo jornal: “O caso da UTI que só existe no papel”. Outra manchete: “A longa espera até a morte por um leito de UTI pediátrica”. No jornal Gazeta do Povo do dia de hoje, novamente a manchete do jornal: “Em doze meses 33 crianças morreram à

espera de um leito de UTI". E pior, Deputado Valdir Rossoni, na região dos Campos Gerais, na região da nossa cidade de Ponta Grossa.

E eu não posso aceitar, porque tenho cobrado há bastante tempo, alertando os Deputados, que defendem o Governo do Estado do Paraná, que defendem o Governador Roberto Requião. Sempre que trago alguns dados nesta tribuna, cobrando os direitos de Ponta Grossa e da região dos Campos Gerais, vemos os Deputados governistas, que votam com o Governador Roberto Requião, questionar os nossos números. Mas, a verdade está aqui, está estampada com números em todos os jornais do Estado, em especial, num dos maiores jornais do Paraná, que é a Gazeta do Povo.

É possível vermos crianças morrendo por falta de leitos? Leito neonatal, que é para criança até oito meses, não existe na região dos Campos Gerais; temos seis leitos neonatal para atender às crianças daquela região pelo Sistema Único de Saúde; e leitos pediátricos, que são para crianças acima de um ano, não existem na região dos Campos Gerais e nem em Ponta Grossa. Crianças morrem porque precisam ser transportadas lá da região dos Campos Gerais, da nossa Ponta Grossa, até um outra região; têm que ser deslocadas até Curitiba, e muitas delas têm que aguardar ainda pela fila, porque em Curitiba nem sempre tem espaço disponível.

Não agüento mais, tenho que cobrar do Governador; quando digo que está dormindo, não só ele como o Secretário da Saúde, vocês reagem, o Governador vai lá em Ponta Grossa e me critica, Sr. Presidente, vai na mídia me chamando de irresponsável. Irresponsável é ele que não cumpre com o dever. No lugar de gastar cento e quarenta milhões de reais em publicidade, deveria investir na saúde pública, resolvendo o problema de falta de leitos de UTI's no Estado do Paraná.

Deputado Valdir Rossoni, o senhor sabe quantos leitos de UTI dá para implantar com cento e quarenta milhões de reais? Mil e quatrocentos. E hoje, no Paraná, temos apenas novecentos e vinte e cinco leitos, sendo que as estatísticas do Ministério da Saúde dizem que há necessidade de ter mais de mil e quatrocentos leitos para atender aos adultos, às crianças recém-nascidas e às crianças de um a dez anos de idade.

Deixo registrado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o grito dos Campos Gerais, o grito do Estado do Paraná, porque não aceitamos mais essa situação, e eu repito: acorda Requião, governe para os paranaenses, chega de jogar dinheiro fora em publicidade, fazendo promoção pessoal e do seu próprio Governo; direcione esse dinheiro da Secretaria da Comunicação Social que é gasto em publicidade, à saúde pública.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Quero me somar ao seu pronunciamento. Quando fala nos Campos Gerais temos que incluir a região de

Irati, de União da Vitória, Laranjeiras do Sul, do Sudoeste do Estado.

Na verdade não estava muito preocupado com essa situação, porque nós, que temos acompanhado a publicidade do Governo, e quem assiste àquilo, parece que está tudo resolvido. E temos que enaltecer o trabalho da Gazeta do Povo por ter aberto nossos olhos.

Aí está mais uma prova que a propaganda enganosa leva com que as pessoas se iludam achando que os problemas estão resolvidos.

Muito obrigado!

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

O Ministério Público, representado pelo Promotor Fuad Faraj, de Ponta Grossa, está pedindo ao Governo Federal para intervir no Governo do Estado para abrir um caminho para resolver a mortandade de crianças e de adultos que morrem nas filas à espera de um leito de UTI. E pior, ligo a televisão e vejo o Governo dizendo que está investindo milhões de reais na área da saúde. Na minha avaliação ele está faltando com a verdade, porque se estivesse investindo, com certeza os problemas da saúde dos paranaenses não seria essa, com mortandade diária como acontece em municípios do nosso Estado do Paraná.

Concedo um aparte ao Deputado Marcos Isfer.

O Sr. Marcos Isfer (PPS)

Só para comunicar que a Bancada do PPS já entrou com um requerimento convocando a presença do Secretário da Saúde e do Promotor de Ponta Grossa, para maiores esclarecimentos para que possamos debater o assunto.

Muito obrigado!

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Ainda na matéria da Gazeta do Povo, a reportagem que estava pesquisando a situação da saúde no Estado, tentou contato com o Secretário da Saúde por dez dias consecutivos e não conseguiu encontrá-lo.

Lá no final, ele através da Secretaria de Comunicação Social, da sua assessoria da imprensa, disse que não admite que nenhum paranaense morra por falta de leitos de UTI. Parece-me que está faltando para o Governo ação para resolver o problema,

Deixo a pergunta no ar a todos os Deputados e ao Governador: será que esta frase foi dita para as famílias dos 1.028 paranaenses que morreram no decorrer dos últimos doze meses? Será que o Secretário levou esta mensagem de que não admite que nenhum paranaense morra por falta de leitos de UTI? Precisamos, sim, de uma ação concreta, clara e voltada para a solução da saúde no Estado Paraná.

Peço aos Deputados governistas que alertem e cobrem do Governo. Os paranenses estão morrendo e nós não aceitamos. Subiremos à tribuna periodicamente, cada mentira que o Governo do Estado do Paraná colocar na televisão vamos questionar desta tribuna, porque a propaganda diz que o Estado está resolvendo o problema da

saúde, mas o atendimento pelo SUS é exatamente ao contrário.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Horário da Liderança do PT, com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

Liderança do PT: Deputado Ângelo Vanhoni

O SR. ÂNGELO VANHONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna, no dia de hoje, no horário da liderança do Partido dos Trabalhadores, em primeiro lugar para dar as boas-vindas aos representantes das entidades e aos portadores de necessidades especiais que se fazem presentes. Cadeirantes, portadores de deficiência mental, aqueles que têm deficiência visual, sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa do Paraná.

Há questão de dois anos e meio, o Deputado Tadeu Veneri apresentou um projeto nesta Casa, que contou com o apoio da unanimidade dos Deputados. Esse projeto vem corrigir uma distorção no Estado do Paraná no que diz respeito a um preceito constitucional e uma obrigação do Estado em relação àqueles que têm alguma necessidade, do ponto de vista da locomoção, para garantir os seus direitos enquanto cidadãos.

Naquela oportunidade, o projeto apresentado pelo Deputado Tadeu Veneri, e que contou com o apoio da Bancada do PT e da maioria dos Deputados desta Casa, estabelecia que nas viagens intermunicipais de transporte coletivo fosse facultado, como prevê a Constituição Federal, como um direito de ir e vir aos portadores de necessidades especiais, para que pudessem se locomover de forma gratuita no Estado do Paraná.

Lembro-me que, naquela época, eu estava respondendo pela Liderança do Governo; o projeto foi encaminhado ao Poder Executivo, recebeu veto, tentamos derrubá-lo e o veto ficou mantido.

Posteriormente, o Governador Roberto Requião noticiou a mim e ao Deputado Tadeu Veneri, que algumas imperfeições constavam no projeto original, e que se fossem corrigidas, poderia ser aprovado na Assembleia Legislativa e teria o endosso do Governador.

Então, é nesse sentido que venho pedir aos Srs. Deputados, porque hoje vamos fazer a votação em 1ª Discussão.

O Estado tem feito grandes conquistas nessa área. Recentemente, discutiu-se em relação àqueles que têm deficiência visual. O Governo do Estado do Paraná comprou as máquinas braille e o computador especial, que veio da Suíça, que estão sendo instaladas em quatorze regionais da Secretaria da Educação. Nas escolas públicas do nosso Estado, aqueles que têm alguma dificuldade visual poderão fazer a transcrição dos conteúdos programáticos da grade curricular em braille, gratuitamente,

com essas máquinas que estão sendo implantadas, a partir de janeiro.

Tenho certeza que a Assembleia Legislativa vai aprovar o projeto. Quando fui Vereador na cidade de Curitiba, não sei se o Deputado Rafael Greca era o Prefeito, mas tive a honra, juntamente com o Vereador Borges dos Reis, de apresentar uma legislação facultando o acesso gratuito e livre para os portadores de deficiência, qualquer tipo de necessidade especial, na cidade de Curitiba, de utilizar o transporte coletivo da nossa cidade.

Mais ainda, naquela oportunidade, a Câmara de Vereadores votou uma possibilidade que, em determinados casos, o acompanhante também tivesse o mesmo benefício, porque muitas vezes um portador de necessidade especial não pode, por conta própria, usar o transporte coletivo e precisa que a mãe, o pai, o primo, o vizinho, a avó faça a locomoção desses nossos irmãos para buscar, não só o atendimento médico, mas o atendimento educacional que o nosso município, o Estado do Paraná e o Governo Federal oferecem nesse setor.

A Sra. Elza Correia (PMDB)

Concede um aparte, Deputado?

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Concedo um aparte à Deputada Elza Correia e gostaria que o Deputado Tadeu Veneri, que é o autor do presente projeto e que me deu a honra de vir aqui pedir o apoio dos Srs. Deputados, para que façamos a correção de uma distorção ainda existente no Estado do Paraná.

Com a Emenda que foi apensada ao projeto pelo Deputado Tadeu Veneri, acho que a preocupação do Poder Executivo fica completamente sanada.

Passo a palavra à Deputada Elza Correia, com muita satisfação.

A Sra. Elza Correia (PMDB)

Obrigada, Deputado!

Rapidamente, apenas para dizer que é muito oportuno esse projeto. Naquela ocasião votamos favoravelmente, nessa, também o faremos porque as entidades organizadas de portadores de necessidades especiais têm feito a sua parte. A sociedade tem feito a sua parte. É preciso que o Estado também assuma a sua responsabilidade como tem feito o nosso Governador Roberto Requião, conforme V. Exa. já colocou em várias áreas e esferas, tentando suprir as necessidades desses cidadãos e cidadãs.

Entendo que também é oportuno dizer, Deputado Vanhoni, que foi vetado aqui na Casa uma emenda desta Deputada em relação à flexibilização de horário de mães funcionárias públicas que têm sob a sua guarda e responsabilidade pessoas portadoras de necessidades especiais. Foi vetada uma emenda que fizemos ao projeto do Deputado Seleme. Pretendemos fazer um outro projeto, já conversamos com o Governador, para sanar as dificuldades que foram apresentadas no projeto anterior.

Quero aproveitar para pedir o apoio dos colegas Deputados, porque se faz extremamente urgente e necessário que as mães que têm filhos com determinadas necessidades, algumas delas requerem cuidados muito especiais e a dependência é quase absoluta, que essas pessoas possam ter horários especiais para cuidar dos seus filhos ou pessoa de sua guarda ou responsabilidade.

Apenas para aproveitar e dizer que esta Casa tem cumprido o seu papel, tem se esforçado e esperamos sinceramente o apoio de todos os colegas e a sanção do Governador Roberto Requião.

Muito obrigada.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Muito obrigado, Deputada Elza Correia, pode ter certeza que os Deputados não vão faltar com a sua emenda, com o seu projeto, com a sua iniciativa, juntamente com o Deputado Seleme que tem uma militância nesse setor e nessa área muito antiga. Já desde a época, quando Vereador, sempre trabalhou em prol daqueles que mais precisam do poder público, para que os seus direitos sejam respeitados.

Gostaria de passar a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Obrigado, Deputado Ângelo Vanhoni, agradeço o aparte.

Apenas para registrar que esse projeto tem a assinatura da maioria dos Deputados. Assim como a Deputada Elza, o Deputado Ângelo Vanhoni, o Deputado Hermes Fonseca, o Deputado Pedro Ivo, Deputado Plauto, Deputado Rossoni e outros Deputados que posteriormente iremos dar o crédito, por uma questão de justiça, a todos os Deputados que assinarem esse projeto. A partir do momento em que todos assinarem, torna-se viável do ponto inclusive da sua aprovação.

Hoje, conversamos com o Líder do Governo que entendeu que deveríamos aprovar, em primeira votação, hoje, a constitucionalidade, posteriormente faremos esse debate para aprová-lo na quarta-feira, em segunda votação. Mas, como o senhor já colocou, tenho certeza que terá a sanção do Governador.

Faço, Deputado Ângelo Vanhoni, uma justiça a uma situação que aconteceu há dois anos e meio atrás. Tivemos o veto e a pessoa que foi defendê-lo, embora ainda estivesse na Liderança do Governo, foi o Deputado Ângelo Vanhoni.

Então, hoje o senhor defende esse projeto e nada mais correto do que termos o reconhecimento que naquele momento quem fez a defesa para a derrubada do veto, não foi possível houve um entendimento que não poderia ser derrubado, mas a derrubada do veto foi o senhor e outros Deputados que estiveram aqui.

Obrigado por fazer essa defesa e também a todos os Deputados que assinaram o projeto, que certamente hoje estaremos aprovando em primeira votação.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Srs. Deputados, encerrou-se o nosso tempo, agradecemos em nome de todas as entidades que congregam portadores de necessidades especiais no Estado do Paraná. Agradecemos o apoio dos Srs. Deputados, que esse projeto é muito importante àqueles que mais precisam, para ter os seus direitos garantidos e o respeito à sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ratinho Júnior)

Liderança do PSDB; Liderança do PMDB, Deputado Rafael Greca. Dez minutos para V. Exa.

Liderança do PMDB: Deputado Rafael Greca

O SR. RAFAEL GRECA

Deputado Ratinho Júnior, que preside neste momento a Assembléia, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

O Deputado Plauto Miró Guimarães veio falar das manchetes dos jornais. As duas pungentes manchetes do jornal Gazeta do Povo que falam de pessoas que morrem, por falta de acesso a Unidades de Terapia Intensiva, as UTI's, de 33 crianças que teriam morrido na região dos Campos Gerais, por falta de UTI Neonatal.

Eu, Rafael Greca, que sofro no Tribunal de Justiça um peculiar processo por ter feito o hospital do Bairro Novo, não posso deixar de dizer, não sem uma ponta de orgulho, que essas crianças mortas por falta de UTI Neonatal, nenhuma foi em Curitiba. Aqui existe o hospital do Bairro Novo, mas os promotores que perseguem quem abre hospitais, às vezes não perseguem quem os fecha. O hospital de Pinhais foi fechado no último dia 26 de outubro. O hospital de São José dos Pinhais fechou doze leitos de UTI, para o SUS, no último dia 27 de outubro.

Posso concordar com o Deputado Plauto na sua indignação, em favor da vida, mas não posso concordar que o Governador Requião tenha qualquer culpa nisso. Nós, que conhecemos o lado humanitário do Requião, sabemos que ele é extremamente sensível à questão da saúde pública. Os investimentos do orçamento do Tesouro, este ano, são de 504 milhões de reais para a saúde, mas se somarmos a esse valor os investimentos do Governo Federal, que vieram à Secretaria de Estado da Saúde, a verba chega a um bilhão de reais. Estão sendo construídos ou reformados treze hospitais prioritários no Estado. O investimento dessa construção ou reforma é de oitenta milhões de reais. Os serviços de saúde estão sendo descentralizados, mediante o programa de regionalização de assistência à saúde, com a idéia do fortalecimento aos hospitais do interior, com repasses fixos mensais que somam 22 milhões de reais neste ano.

As UTI's, quando terminou o Governo Lerner, eram em número de 782, cresceram para 1.032 no Paraná, mas é preciso mais. Por isso, o Governador vai

abrir e assumir como se fora o seu hospital de Santo Antônio da Platina, que é igual ao hospital do Bairro Novo que está fechado no Norte Pioneiro.

Na última sexta-feira, ele me dizia, em presença do Deputado Federal Reinhold Stephanes e da jovem Prefeita da cidade de Jacarezinho, que ele aceita assumir o hospital de Santo Antonio da Platina, vizinho do qual na outra semana morreram oito pessoas, que vinham de ambulância desde Joaquim Távora buscar socorro, em Campina Grande do Sul e morreu uma outra pessoa que vinha de Andirá também buscar socorro em Curitiba. Tem que acabar com essa coisa de transportar doentes.

É preciso haver hospitais regionais fortes, centros de referência. Não é possível mais que o Brasil trate os seus doentes, como a Escritura se refere que foi feito com Jesus, na manhã do seu suplício, andando de Herodes a Pilatos, andando de um lugar ao outro, buscando socorro.

Sobre isso invoco a minha repulsa à sentença do Tribunal de Justiça, onde dois juízes fizeram o papel de Herodes me condenando por ter aberto o hospital do Bairro Novo. Herodes, para quem não é versado na Sagrada Escritura, é o rei que matava inocentes.

O Sr. André Vargas (PT)

Um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Até o final concordo com a tese de V. Exa., que muitas vezes o próprio Ministério Público e, às vezes, o próprio Judiciário não vêm o conjunto das circunstâncias com o quê o governante toma a decisão e responsabiliza, individualmente, muitas vezes por uma decisão acertada e emergencial, como ocorreu com V. Exa. Mas, tem uma parte da sua fala que me chamou a atenção, que é a seguinte: V. Exa. afirma que o Governo do Estado aplica quinhentos milhões na saúde, somados ao recurso federal chega a um bilhão de reais, confirmando a tese, portanto, de que há em curso no Estado do Paraná, em várias áreas, com habitação, onde os recursos são integralmente federais, àqueles construídos, e agora a Caixa Econômica anunciou vinte mil novas casas populares, mas que também na saúde, Deputado Vanhoni, há uma parceria do Governo Federal com o Governo do Paraná, não só com esses quinhentos milhões, outros tantos.

Então, veja, acho que esse espírito é um espírito que nos serve, que é o espírito da parceria do Governo Federal, Governo Estadual. E agora vi no noticiário também a destinação de recursos para a saúde de Curitiba, que tem um bom orçamento, mas que o Governo está investindo cerca de quinze milhões.

Então, queria concordar com V. Exa. e dizer que está em curso uma parceria do Governo Federal, Governo Estadual e também dos governos municipais, é claro.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

O Governador do Estado, na última sexta-feira, assinou convênio com o Prefeito Beto Richa para construir na Vila Nova do Barigui mais um centro de saúde 24

horas. Os centros de saúde 24 horas de Curitiba foram construídos com a seguinte qualificação: o Prefeito Lerner construiu o do Sítio Cercado. Eu construí os outros: o da Fazendinha, o de Campo Comprido, o do Boqueirão e o de Bairro Novo. Deixei o terreno para o meu sucessor construir o centro de saúde 24 horas no Pinheirinho, mas o Prefeito que me sucedeu, o prefeito Taniguchi, arrastou as obras durante oito anos e elas ainda não terminaram. Aquele centro do Pinheirinho é parecido com a igreja de Santa Ingracia, em Lisboa. Em português arcaico se dizia: parece Santa Ingracia! Era uma igreja que nunca terminava e que levou trezentos anos para ser construída.

O meu hospital do Bairro Novo não foi obra de Santa Ingracia, ficou pronto em apenas dez meses e foi construído com material de ponta, com os melhores equipamentos do mundo. E se eu tivesse que salvar uma única criança tendo feito aquele hospital, faria tudo de novo. Agora, não aceito, e digo ao Deputado Plauto Miró Guimarães e também ao redator das manchetes da Gazeta do Povo, que se acuse o nosso Governador de insensibilidade, até porque os dados das manchetes saíram dos relatórios da própria Secretaria da Saúde. A Secretaria da Saúde ainda reconhece que há deficiências e que elas precisam ser superadas. Uma das formas para resolver um problema é conhecer o problema. Por que eu fiz o hospital do Bairro Novo? Porque me disseram que morriam vinte e cinco crianças em cada mil que nasciam vivas. Eu não proibi a divulgação do dado que não era favorável a Curitiba. Hoje, morrem onze crianças em cada mil que nascem vivas. Então, não querer conhecer a realidade, não é governar. Governar é primeiro conhecer a realidade, ver julgar e agir.

Concedo um aparte ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)

Na semana passada eu não tive a oportunidade de dizer a V. Exa. da minha solidariedade em relação, que reputo, fora às questões legais, a injustiça em relação à gestão no que diz respeito ao hospital construído pela Prefeitura de Curitiba. Em segundo lugar, dizer que comungo com V. Exa. no que diz respeito a ação do Governo do Estado na área de saúde.

No Estado do Paraná, nesses últimos anos, nunca foi feito tanto pela saúde como está sendo feito nesses dois anos e sete meses do atual Governo. O projeto de regionalização, e eu sou testemunha, porque venho de uma região que V. Exa. também conhece, que é o litoral, a cidade de Paranaguá, tão perto daqui de Curitiba, mas somente neste Governo é que nós tivemos a possibilidade de ter um hospital.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Sr. Presidente, só para agradecer ao Deputado Vanhoni e dizer que eu tinha esquecido, fiz o posto de saúde da Boa Vista que faltava, sabia que tinha feito cinco postos de saúde 24 horas, um hospital e vários postos de saúde de bairro. E se pudesse mais eu faria, porque

investir na saúde é ter solidariedade com a vida e com as pessoas!

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero, nessa questão de ordem, compartilhar a nossa alegria, na condição de ex-Presidente da CPI do Banestado do Paraná, comunicar aos membros que a partir de hoje o Governo do Estado tem como Banco oficial a Caixa Econômica e o Banco do Brasil e não mais o Banco Itaú. Essa, sinceramente, é uma lavada de alma porque nós que vimos o nosso Banco, orgulho do Paraná, ir embora, que estamos pagando mais de cinquenta milhões por mês de prestação, até março de 2029 e ver o Governo tomar uma atitude com esta, atendendo as constituições Federal e Estadual nós não podíamos deixar de enaltecer o Governo, neste momento, e dizer que ele está cheio de razão.

Graças a Deus, e Itaú, falta apenas devolver os nossos créditos tributários, nossas fazendas e nossos prédios, se Deus quiser, na Justiça ganharemos!

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria de, com muita honra, anunciar a presença em plenário, do Sr. Beto Matos, Vereador Presidente da Cansop, de Mangueirinha; do Renato Smoler também vereadores de Mangueirinha; de Ivânio e do Marcos Vereador de Honório Serpa; do Marivan da Rádio Alagados FM; do José Ronaldo, de Pato Branco que vieram a Curitiba para reuniões nas secretarias da Saúde e da Segurança, em busca de mais recursos, de mais investimentos nessas áreas, para seus municípios.

O SR. PRESIDENTE (Ratinho Júnior)

Nossos agradecimentos aos visitantes que muito nos honram com suas presenças.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, na esteira da fala do Sr. Neivo Beraldin essa medida, Srs. Deputados, possibilitará que aqui no Paraná, o Banco do Brasil abra uma centena de agências nos municípios do interior do Paraná, municípios pequenos, de grande importância, para implementar programas federais e estaduais.

Parabéns pela medida!

O SR. PRESIDENTE (Ratinho Júnior)

No Horário da Liderança do Governo, com assentimento do seu Líder, Deputado Dobrandino, com a palavra Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Governo: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente. Srs. Deputados.

Atentamente ouvi o pronunciamento do Deputado Plauto. Acho que não dá para se calar porque muitas vezes quando nos calamos, acabamos consentindo. Com todo respeito ao Deputado Plauto, que começou falando em UTI's, em publicidade - e eu acho Deputado Scarpellini, V. Exa. que disse que é portador de uma lista que mostra que alguns Deputados recebem verbas, solicito à Presidência desta Casa que essa lista que o Deputado Scarpellini apresenta, se for oficial, que seja devidamente mostrada. Até porque acho tudo que for verdadeiro tem que ser mostrado.

Mas, as coisas que não forem verdadeiras sejam tratadas com a devida responsabilidade. Acho que cada cidadão que faz algum pronunciamento nesta Casa tem que ter a devida responsabilidade a ponto de ser responsabilizado por aquilo que não for verdadeiro. E como estamos falando de publicidade, e acho que alguns falsos moralistas por aqui fazem discurso sobre publicidade, e não olham para trás. Tem muita coisa para trás a ser mostrada. Eu, seguindo o pronunciamento do Deputado Rossoni, que tem uma larga experiência como Parlamentar, já foi até Secretário desta Casa. Vou fazer, nos próximos dias, um levantamento rigoroso na Biblioteca Pública do Paraná, Deputado Rossoni, quero saber quantas manchetes a Gazeta do Povo fez na mesma linha que está fazendo agora, neste momento, aqui no Estado do Paraná.

Nos últimos oito anos do Governo anterior será que a Gazeta do Povo também tratou a questão da saúde como está tratando hoje, página sim, página não, dia sim, dia não, falando da questão da saúde. Vou pesquisar, não como jornalista, mas como radialista e prometo que trarei esses dados dos últimos anos. Mas, também vou trazer o levantamento financeiro que essa empresa recebeu, que já está comigo. Mas o Deputado Plauto falou a respeito de saúde. A saúde realmente precisa melhorar, eu concordo.

Não estamos 100%, de jeito nenhum. Precisamos avançar, precisamos mais UTI's, mais hospitais, mais ambulâncias, precisamos mais apoio. Claro que precisamos. Não tenha dúvida que precisamos. Na minha região, tínhamos dezessete leitos de UTI's em Ponta Grossa, depois do Governo Requião foram colocados 34 leitos a mais dos dezessete. Trinta e quatro a mais. É pouco? É. Mas tinha dezessete e se colocou mais 34, dezessete é menor do que 34, não tenham dúvida os senhores. Em oito anos de Governo havia dezessete, hoje tem 34. E agora, Deputado Rossoni, V. Exa. que é Presidente do PSDB do Paraná, o Governador liberou mais dez leitos de UTI. Vi o Deputado Plauto clamando por UTI's pediátricas. No hospital da criança está autorizada a colocação dos dez leitos de UTI's pediátricas, só dependendo da Prefeitura. E o Prefeito está providenciando para fazer isso. O Prefeito Pedro, do PSDB, não se cansa de elogiar as atitudes do Governo do Estado, que está dando a Ponta Grossa um hospital de quinze milhões, que foi o sonho nosso sempre, de ter um hospital cinco estrelas. Disse outro dia na rádio e o Prefeito me cobrou publicamente e disse: "não são cinco estrelas, Deputado Jocelito, são seis

estrelas". É o Prefeito do PSDB contente, alegre. Inaugura o Salu, quarta-feira, recebeu quatro milhões para colocar as reformas do hospital municipal, recebeu UTI's do Siate, recebeu três ambulâncias. Eu fui Prefeito quatro anos e não recebi uma ambulância do Estado, nos quatro anos em que fui Prefeito. O Governador Requião liberou três ambulâncias agora.

Telêmaco Borba ia fechar a UTI, o Governador liberou mais cinquenta mil reais para as UTI's de Telêmaco Borba.

O Governo liberou também dez leitos de UTI para o Hospital Ana Merarin, de Castro. Na história de Castro nunca teve um leito de UTI. Já estão lá os seis primeiros leitos, até o final do mês funcionam os dez. Eu era Prefeito e chorava, clamava, pedia e brigava e queria os dez leitos, que o Djalma, Deputado Federal arrumou para mim, em Brasília. Os leitos ficaram em Ponta Grossa e, eu me obriguei a pagar com os recursos da Prefeitura, porque o Estado não quis credenciar os leitos.

Vamos falar de saúde, vamos melhorar a saúde, vamos. Mas, não vamos querer sacrificar todo o mundo. O Governo precisa melhorar? Precisa, sim, mas está fazendo a sua parte. Liberou seus leitos de UTI agora, para a Santa Casa, liberou mais dez leitos de UTI, também, para a Santa Casa.

Enfim, não é um governo perfeito, mas é um governo que está tentando fazer a sua parte.

Então, Sr. Presidente, faço esse pronunciamento porque a saúde tem defeitos, sim, e sempre vai ter, mas até o presente momento o Governo tem feito a sua parte.

Quero permitir o aparte ao Deputado Scarpellini, para não pensar que sou deselegante.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Fico agradecido do seu aparte, mas acho que está havendo um equívoco por parte de V. Exa., quando V. Exa. diz a respeito de uma lista, que eu teria falado sobre alguns Deputados aqui da Casa.

Tenho realmente uma lista, Deputado Jocelito, só que eu não falei ainda nenhum nome, não falei se tem ou não Deputados. Quero que o senhor pegue as notas taquigráficas do meu pronunciamento que eu disse que só viria para levar essa lista a efeito, a uma denúncia para as providências necessárias, à hora que eu tivesse todos os elementos de provas, que eu ainda não tenho.

Tenho um convencimento pessoal sobre esta lista, mas o meu convencimento pessoal não é suficientemente necessário para que eu possa convencer procuradores, juízes e membros do Ministério Público.

Quero dizer a V. Exa., com relação à saúde, estou ouvindo atentamente o seu pronunciamento, a nossa região de Apucarana, vocês estão recebendo lá UTI's de cinco estrelas. Lá em Apucarana e região, as UTI's são cinco cruces, por enquanto. Vamos esperar que o Governo do Estado mude de cruces para estrelas. Daí eu quero vir aqui, também, agradecer ao Governo do Paraná pelo avanço na saúde. Por enquanto, não chegou lá.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Agradeço o aparte, Deputado Scarpellini.

Acho que o Paraná está tentando fazer o que pode. Em momento nenhum eu disse que o Paraná está 100% na saúde. Mas, que está tentando melhorar, a ponto de termos aqui prefeitos da Oposição, como é o Prefeito Pedro Vosgrau do PSDB, satisfeito com o que o Governo vem fazendo. A nossa região precisa melhorar, mas estamos fazendo a nossa parte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Liderança da Oposição.

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Sr. Presidente, já foi chamada a Oposição antes da Aliança do Governo, pelo Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Presidência deferiu o pedido do Deputado Rossoni. Como deferi anteriormente da Situação em outras ocasiões.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (Pela Ordem)

V. Exa. tem toda razão, seria muito deselegante não dar a palavra ao nobre Líder Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quero agradecer ao Deputado Vanhoni e dizer ao Deputado Stica que se por uma eventualidade a minha fala deixá-lo desconfortável...

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Não tenho nada contra a fala da Oposição. Só quis ajudar a Mesa, portanto, não aceito as provocações.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

O Deputado Stica se antecipou à fala. Eu não falei, então não provoqueei. Deputado, pode ter certeza que o meu pronunciamento só vai contribuir com parte do pronunciamento do Deputado Jocelito Canto.

O Deputado Jocelito fala que o Prefeito Pedro Vosgrau está satisfeito com o Governador. A mesma coisa aconteceu com o Deputado Jocelito quando Prefeito. Muitas vezes ouvimos ele elogiando o ex-Governador Jaime Lerner. Então, é uma questão administrativa, é natural. Agora a questão dos leitos e das UTI's - e vi aqui a preocupação de que será feito um levantamento do passado. Acho que teríamos que voltar ao tempo do império, fazer realmente um levantamento para parar. Estou cansado de dizer a quem sobe na tribuna querendo levantar o

passado, que é importante termos conhecimento de tudo. E não tenho nenhum medo do passado, do presente e quero ter muito cuidado com o futuro. Porque o que há de melhor na vida é você andar sem medo. Sem temer. Por mais que alguns julguem, mas saber que você pode andar de cabeça erguida.

Por essa razão quero fazer a defesa - e é claro que fica fácil sair em defesa da Gazeta do Povo. A Gazeta do Povo, na verdade, faz uma crítica a todos os governantes. Agora, a quem serviu o chapéu? Aí é que está o problema. Porque na verdade, porque serviu o chapéu, o número deu certo. Porque na verdade temos assistido através dos meios de comunicação que a saúde foi regionalizada, que as pessoas do interior não têm mais que se deslocar do interior para vir à capital do Estado. Essa é a propaganda do Governo. E quando nós, que atuamos politicamente no interior, sabemos que é totalmente diferente. A realidade é outra. Se ficarmos aqui nas rodovias que dão acesso à capital do Estado na segunda, terça, quarta e quinta, contarmos as ambulâncias e os ônibus que são alugados pelos municípios para trazer os pacientes para Curitiba, certamente teremos um grande número de pessoas que se deslocam do interior para a capital do Estado.

Por essa razão, quero discordar da crítica à Gazeta do Povo. Porque na verdade a Gazeta faz um levantamento, um prognóstico de como é que está a nossa saúde. Fez um levantamento que nós Parlamentares teríamos que ter feito e mostrado ao Governador. Mas ela nos trouxe subsídios para que esse debate acontecesse aqui nesta Casa. É importante, só se eu li outra matéria! Ela não cita diretamente o Governo, ela cita os governos, o governo anterior, desde o tempo de Pedro Álvares Cabral e chegamos onde estamos. Agora, o que não pode ser aceito, não podemos aceitar que através dos meios de comunicação, que a propaganda enganosa, a qual temos discutido, leve a população a pensar que tudo está resolvido na questão da saúde. Não está resolvido.

O interior do Estado está abandonado na área da saúde. Se formos falar em saúde, quero deixar claro, porque esta é a realidade. É a grande verdade. Os primeiros socorros têm que ser feitos pelos municípios. As outras questões de saúde têm que ser feitas pelo Estado. E a grande verdade que acontece é que os municípios estão sobrecarregados porque na verdade a população encontra muito mais fácil o Prefeito, o Vereador, as lideranças para pedir socorro. E desta forma os prefeitos têm que atender à saúde em todas as áreas, aonde ele não é obrigado, por lei, em atender. Mas, atende porque os outros setores, o Governo do Estado que tem esta obrigação, não cumpre com seu papel. Esta é uma verdade.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Discordo de V. Exa., porque desde que assumi meu mandato como Deputado, tenho brigado pelas UTI's. Tanto é, Deputado, que acompanhei um vereador de

Ponta Grossa a pé a Curitiba, no sentido de reivindicar as UTI's que estavam faltando.

E quanto à questão da regionalização da saúde, eu não tenho certeza absoluta, vou até olhar, mas a propaganda institucional do governo diz que o governo está regionalizando a saúde. Se não me falha a memória. Não tenho certeza disto. Se está, é o que está acontecendo em Ponta Grossa, construindo hospitais, colocando UTI's em Castro, em Telêmaco Borba. Aí, do meu ponto de vista, está correto.

Era este o aparte que eu queria fazer.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço o aparte de V. Exa. e digo que V. Exa. não está equivocado. Eu concordo com V. Exa. quando diz que V. Exa. tem feito a defesa da implantação das UTI's. Eu ouvi várias vezes V. Exa. Mas, a sua luta, o seu trabalho, não tira o direito dos meios de comunicação fazerem um levantamento da situação da saúde no nosso Estado. Por esta razão eu subi a esta tribuna.

Para encerrar meu pronunciamento, quero dizer aos Srs. Deputados que estou encaminhando ao Presidente do Tribunal de Contas, ao Presidente da Assembléia e ao Ministério Público, e têm os cargos criados na Secretaria da Segurança, os amigos "calça-curtas", agentes de segurança hoje; e eu fiz um requerimento pedindo ao Secretário aonde estariam lotados esses servidores. E o Secretário me respondeu dizendo que alguns estão lotados no Museu, nas Secretarias, em vários lugares.

Aí, fiz um requerimento pedindo ao Procurador se isto é legal. o Procurador disse que não cabe a ele responder isso aqui. Eu acho que cabe, mas ele diz que não cabe.

Então, como eles estão usando os cargos de agentes de segurança, que é da área de segurança, em outros setores, estou encaminhando ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público e ao Presidente da Assembléia para que se tomem providências. E que esses servidores, que esses cargos hoje criados por lei, ainda existem os agentes de segurança, que esses agentes venham trabalhar na área de segurança, porque hoje o povo clama por segurança no nosso Estado e no nosso país. O maior exemplo que o povo clama por segurança foi o voto NÃO ao desarmamento. Se a segurança do Brasil e do Paraná estivesse bem, certamente o NÃO não teria vencido. Foi uma sinalização da população, de que nós precisamos investir em saúde.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB) (Aparte)

Quero agradecer pelo aparte. Após o pronunciamento do Deputado Plauto Miró, sobre saúde, eu liguei na mesma hora para a Secretaria da Saúde, e está aqui um relatório completo do trabalho da Secretaria, do governo, o aumento do número de leitos nas UTI's, investimentos em convênios de hospitais, inclusive no caso do Pequeno Príncipe, que recebeu ajuda importante do governo e aqui, para que V. Exa. possa ter noção, está aqui, é

público. V. Exa. terá acesso no momento em que quiser a esse relatório da Secretaria da Saúde, que foi feito agora neste momento.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Dobrandino, esse relatório, gostaria que fosse lido por V. Exa. coloca ali que a região Sul do Estado do Paraná, que tem dez municípios recebe setenta mil reais para atender à área de saúde. Setenta mil reais não dá para atender 10% das necessidades daquela região. E se isso estiver acontecendo no restante do Estado, por melhor que seja o relatório, certamente tem que ser revisto, Deputado Isfer, agora, no orçamento do Estado. Temos que fazer com que o governo cumpra a lei, investir em saúde, gastar em saúde, o quanto a Constituição exige.

Obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 51 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 1975-GAB, subscrito pelo Sr. Procurador-Geral da Justiça, do Ministério Público, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que visa alterar o artigo 2º, II parágrafo 1º, e o artigo 3º, II, da Lei nº 13.665, de 04 de julho de 2002, reajustar a tabela de gratificação de função e os níveis de vencimentos dos servidores do Ministério Público do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 014/2005-GLO/VR, subscrito pelo Sr. Deputado Valdir Rossoni, Líder da Oposição, constante do expediente, solicitando que seja providenciado o encaminhamento do Ofício nº 11, daquela Liderança, ao Dr. Milton Riquelme de Macedo, ilustre Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná, para conhecimento daquela Corte quanto aos fatos irregulares verificados e a tomada das providências julgadas cabíveis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 012/2005-GLO/VR, subscrito pelo Sr. Deputado Valdir Rossoni, Líder da Oposição, constante do expediente, solicitando que seja providenciado o encaminhamento do Ofício nº 11, daquela Liderança, ao Sr. Heinz Georg Herwig, ilustre Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para conhecimento daquela Corte quanto aos fatos irregulares verificados e a tomada das providências julgadas cabíveis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 067/2005, de autoria do Sr. Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente, sugerindo a inclusão da farinha de mandioca, produzida no Estado do Paraná, na merenda escolar e na cesta básica. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do Sr. Deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Natálio Stica, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3451, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente, solicitando autorização desta Casa de Leis para ausentar-se em viagem a Foz do Iguaçu, no dia 08 de novembro, para participar da audiência Pública onde será discutido o atendimento do SAS (Sistema de Assistência à Saúde).

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para comunicar a V. Exa. e também ao Plenário desta Casa, e muito especialmente aos Srs. Deputados que são membros efetivos e suplentes da Comissão de Constituição e Justiça, que tão logo essa Sessão seja encerrada, na Sala das Comissões a CCJ fará realizar uma Sessão Extraordinária, haja vista vários projetos que se encontram na Ordem do Dia e precisam ser apreciados nesta tarde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 442/2005, de autoria do Deputado Cida Borghetti, que altera a redação do artigo 1º, da Lei Complementar nº 83/98 - Região Metropolitana de Maringá. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada.** Projeto. **Aprovado por unanimidade.**

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/2005, de autoria do Deputado André Vargas, que autoriza a doação dos lotes e das benfeitorias que especifica à Prefeitura Municipal de Borrazópolis. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 248/2005, de autoria do Deputado André Vargas, que autoriza a doação de área de terras que especifica, à Prefeitura Municipal de Itambé. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 437/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel, que especifica, ao Município de Lupionópolis. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 450/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a ceder o imóvel que especifica ao Município de Goioerê. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. COM EMENDAS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ. Aprovada a Emenda da COPTC.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 451/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a ceder o imóvel que especifica ao Município de Goioerê. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDAS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo. Aprovadas as emendas da CCJ e COPTC.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 457/2005, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a reverter a doação do imóvel que especifica, devolvendo-o à Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 555/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 041/2005, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Município de Rondon. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 556/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 042/2005, que autoriza o Poder Executivo a, por intermédio do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, proceder cessão de uso ao Município de Toledo, do imóvel que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 557/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 043/2005, que autoriza o Poder Executivo a, por intermédio do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, ceder à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Marechal Cândido Rondon, o imóvel que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 570/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 044/2005, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Itaguagé. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 571/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 045/2005, que autoriza o Poder Executivo a proceder a doação de imóvel ao Município de Rondon, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CO E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 599/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 047/2005, que autoriza o Poder Executivo a proceder a doação do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, ao Município de Cândido de Abreu, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 14**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 096/2004, de autoria do Deputado Tadeu Veneri e outros, que modifica a Lei nº 11.911, de 01 de dezembro de 1997, e dá outras providências, (transporte gratuito aos portadores de deficiência). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDHCD e COPTC. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 021/2004, de 31/03/2004, em Projeto de Lei, pág. 13).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 096/2004

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, objetiva modificar a Lei nº 11.911, de 01/12/97. Transporte gratuito aos portadores de deficiência.

Fundamentação

Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza constitucional ou legal para a proposição que tem por objetivo garantir aos deficientes físicos a possibilidade que eles possam exercer todos os seus direitos como cidadãos.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 096/2004.

Sala das Comissões, em 15.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DR. LUCIANO DUCCI - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DA CIDADANIA E DA DEFESA DO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI Nº 096/2004

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, dispõe a modificação da Lei nº 11.911, de 01 de dezembro de 1997, e dá outras providências. (transporte gratuito aos portadores de deficiência).

O projeto de lei em tela, mereceu o parecer favorável da dita Comissão de Constituição e Justiça, não havendo portanto óbices e natureza constitucional, legal, regimental e de técnica legislativa.

Quanto ao mérito, que cabe a esta Comissão analisar, a iniciativa é louvável pelo seu alcance social, no sentido de reduzir as desigualdades sociais e regionais, previstas na Magna Carta no seu artigo 3º.

Assim sendo o parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.2005.

(aa) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.
PROJETO DE LEI Nº 096/2004

P A R E C E R :

De autoria de diversos Deputados, o projeto em epígrafe modifica a Lei nº 11.911, de 01 de dezembro de 1997, que assegura transporte gratuito aos portadores de deficiência em linhas de transporte municipal, quando estes estiverem se submetendo a processo de reabilitação e/ou capacitação profissional, mediante a apresentação de atestado médico e encaminhamento dos Conselhos Municipais de Assistência Social, que atestarão o estado de carência do beneficiário.

O cotejo do presente projeto com o texto da lei em vigor, evidencia que se pretende introduzir, dentre outras, as seguintes alterações:

- exclui-se a exigência de o portador de deficiência estar se submetendo a processo de reabilitação e/ou capacitação profissional. Basta que seja portador de deficiência;

- além dos portadores de deficiência previstas na lei, são incluídos como beneficiários os portadores das seguintes doenças: insuficiência renal crônica, câncer, transtornos mentais graves, portadores de HIV, mucoviscidose, hemofilia e esclerose múltipla;

- a isenção do pagamento da tarifa se estende também ao acompanhante do deficiente ou doente;

- somente poderão se beneficiar da isenção da tarifa os portadores de deficiência ou doença especificadas no projeto cuja renda familiar *per capita* não seja superior a 1,5 salário mínimo nacional.

De acordo com a justificativa dos autores, esse mesmo projeto foi apresentado em 2003, vetado pelo Governador e arquivado em face da manutenção do veto. Está sendo reapresentado a pedido e diversas entidades de classe, instituições governamentais e não-governamentais e de diversos Deputados, que manifestaram o interesse de que esse projeto fosse reapreciado em plenário.

Chamado a opinar, o Secretário de Estado dos Transportes, com fundamento no incluso Parecer nº 010/2004 da Procuradoria Jurídica do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/PR, manifestou-se contrariamente à aprovação do presente projeto sob a

alegação que as isenções nele propostas implicarão em desequilíbrio econômico e financeiro para as empresas que operam o transporte coletivo de passageiros motivando obrigatoriamente a readequação tarifária, que seria arcada pelo demais usuários do sistema.

Não obstante, a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, em seu parecer, afirma que não encontrou nenhum óbice de natureza constitucional ou legal e opina pela aprovação do projeto.

Em face disso, e considerando a importância de se proporcionar a devida assistência aos portadores de deficiência e de doença crônica que não dispõem de recursos financeiros para se deslocar até o local de tratamento, esta Comissão emite parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 19.10.2005.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
ELZA CORREIA - Relatora

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Gostaria de agradecer a votação unânime que tivemos neste projeto que foi defendido pelo Deputado Ângelo Vanhoni. E, de acordo com a Liderança do Governo, entrará em 2ª discussão apenas na quarta-feira.

Muito obrigado!

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3433, de autoria dos Srs. Deputado Marcos Isfer, Ratinho Júnior, Ailton Araújo e demais Deputados, constante do expediente.

Em Discussão.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

É com pesar, que quero notificar aos Srs. Deputados o falecimento do ex-Prefeito de Rio Branco do Sul, Pedro Cristiano, que foi eleito este ano e, infelizmente, por insuficiência respiratória, faleceu nesta madrugada.

Quero comunicar aos companheiros que têm voto ou ligação com a cidade de Rio Branco, que ele está sendo velado no Assunguí e será enterrado, agora, às 17h30min.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimentos nºs 3392 e 3412, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3395, de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3396, de autoria do Sr. Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3398, de autoria do Sr. Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3401 a 3403, 3417, 3418, 3434, 3435, 3440 e 3441, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3407, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3408 a 3410, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3413, de autoria do Sr. Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3416, de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3416/A, de autoria dos Srs. Deputados Marcos Isfer e Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3419 e 3432, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3436 e 3437, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3438, de autoria do Sr. Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3439, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3442, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3443, de autoria do Sr. Deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3446, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3404, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. ADEMIR BIER (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Só gostaria de convidar os Deputados-membros da Comissão de Orçamento da Assembléia para uma reunião, agora, logo após a Sessão, na Sala de Reuniões.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Gostaria que V. Exa. desse preferência à Comissão de Constituição e Justiça, porque os membros da sua Comissão de Orçamento são membros também da Comissão de Constituição e Justiça, para que pudessem se dirigir, primeiro, à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ADEMIR BIER (PMDB)

Como o local é o mesmo, nós vamos conversar com o Deputado Durval Amaral, neste sentido.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Quero registrar a presença dos Vereadores Luís Fernando Pinheiro, Lourival e do Ivo; e de São João do Triunfo, o Maurício.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrada a visita dos ilustres visitantes.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 08 de novembro, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 437, 450, 451, 556 e 557/2005.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 096/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 332/2004, 223, 260, 404, 458, 499, 510, 569, 584, 610, 622, 623, 628 e 670/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 066/2005.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portaria DAT

PORTARIA Nº 034/2005 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 19 da Lei nº 14.600 de 27 de dezembro de 2004.

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 14.600 de 27 de dezembro de 2004 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
31901600	2000	100	5.798.000,00
33903600	2000	100	7.202.000,00
			13.000.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
31901100	2000	100	11.500.000,00
31901300	2000	100	1.500.000,00
			13.000.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 03.11.2005.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto

NEREU MOURA

Primeiro Secretário

Atas das Comissões¹

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
15ª. LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1. As Atas das Comissões são publicadas conforme originais fornecidos pela secretaria da Comissão.

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor Deputado Durval Amaral e com a presença dos senhores Deputados: Barbosa Neto, Carlos Simões, Duílio Genari, Elton Welter, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Mário Bradock, Miltinho Puppio, Plauto Miro Guimarães, Ratinho Junior e Reni Pereira. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em votação – Aprovada, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Mário Bradock. Passou-se à Ordem do Dia: **01) Projeto de Lei nº 361/05 de autoria do Deputado Elton Welter.** Parecer favorável do Deputado Luiz Carlos Martins – Aprovado; **02) Projeto de Lei nº 278/05 de autoria do Deputado Mário Bradock.** Parecer contrário do Deputado Barbosa Neto – Aprovado, com voto contrário dos Deputados Carlos Simões, Luiz Carlos Martins e Hermes Fonseca; **03) Projeto de Lei nº 307/05 de autoria do Deputado Mário Bradock.** Parecer favorável do Deputado Luiz Carlos Martins – Aprovado; **04) Projeto de Lei nº 360/05 de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro.** Parecer contrário do Deputado Hermes Fonseca – Aprovado; **05) Projeto de Lei nº 363/05 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins.** Parecer favorável do Deputado Mário Bradock – Aprovado, com voto contrário dos Deputados Hermes Fonseca, Elton Welter, Barbosa Neto e José Maria Ferreira; **06) Projeto de Lei nº 369/05 de autoria do Deputado Neivo Beraldin.** Parecer favorável do Deputado Mário Bradock – Rejeitado pelos Deputados Hermes Fonseca, Elton Welter, Barbosa Neto, Ratinho Junior, Plauto Miro Guimarães e José Maria Ferreira. Voto em separado contrário do Deputado Hermes Fonseca – Aprovado, com voto contrário dos Deputados Mário Bradock, Luiz Carlos Martins, Carlos Simões e Duílio Genari; **07) Projeto de Lei nº 418/05 de autoria do Deputado Mário Bradock.** Parecer contrário do Deputado José Maria Ferreira – Rejeitado pelos Deputados Plauto Miro Guimarães, Duílio Genari, Mário Bradock, Reni Pereira, Carlos Simões e Luiz Carlos Martins. Voto em separado favorável do Deputado Luiz Carlos Martins – Aprovado, com voto contrário dos Deputados Hermes Fonseca, Elton Welter, Barbosa Neto, Ratinho Junior e José Maria Ferreira; **08) Projeto de Lei nº 437/05 de autoria do Deputado Geraldo.** Parecer favorável do Deputado Elton Welter – Aprovado; **09) Projeto de Lei nº 438/05 de autoria do Deputado José Maria Ferreira.** Parecer favorável do Deputado Reni Pereira – Aprovado; **10) Projeto de Lei nº 509/05 de autoria do Deputado Mário Bradock.** Parecer contrário do Deputado Barbosa Neto – Rejeitado pelos Deputados Luiz Carlos Martins, Mário Bradock, Duílio Genari, Ratinho Junior, Barbosa Neto, Plauto Miro Guimarães. Voto em separado favorável do Deputado Luiz Carlos Martins – Aprovado, com voto contrário dos Deputados José Maria Ferreira, Elton

Welter e Hermes Fonseca e abstenção do deputado Reni Pereira; **11) Proposição Veto nº 88/05 de autoria do Poder Executivo.** Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Ratinho Junior – Aprovado; **12) Projeto de Lei nº 154/05 de autoria do Deputado Artagão Junior.** Parecer contrário do Deputado Reni Pereira – Aprovado; **13) Projeto de Lei nº 398/05 de autoria da Deputada Cida Borghetti.** Parecer favorável do Deputado Mário Bradock, na forma da emenda anexa – Aprovado; **14) Projeto de Lei nº 464/05 de autoria do Deputado Ratinho Junior.** Parecer favorável do Deputado Barbosa Neto – Aprovado; **15) Projeto de Lei nº 483/05 de autoria do Deputado Artagão Junior.** O Deputado Mário Bradock solicita vistas – Concedidas pelo Presidente; **16) Projeto de Lei nº 493/05 de autoria do Poder Executivo.** O Deputado José Maria Ferreira solicita diligência junto à secretaria de estado da Ciência e Tecnologia – Deferida pelo Presidente; **17) Projeto de Lei nº 527/05 de autoria do Deputado Neivo Beraldin.** Parecer favorável do Deputado José Maria Ferreira – Aprovado; **18) Projeto de Lei nº 538/05 de autoria do Deputado Artagão Junior.** Parecer contrário do Deputado Reni Pereira – Aprovado. O senhor Presidente colocou em votação o requerimento do Deputado Plauto Miro Guimarães, solicitando a preferência de votação aos Projetos de Lei nº 562/05, 563/05 e 572/05 (anexo) – Aprovado por unanimidade; **19) Projeto de Lei nº 562/05 de autoria dos Deputados Nereu Moura e outros.** Parecer favorável do Deputado Carlos Simões – Aprovado; **20) Projeto de Lei nº 563/05 de autoria dos Deputados Nereu Moura e outros.** Parecer favorável do Deputado Carlos Simões – Aprovado; **21) Projeto de Lei nº 572/05 de autoria do Deputado Nereu Moura.** Parecer favorável do Deputado Carlos Simões – Aprovado; **22) Projeto de Lei nº 556/05 de autoria do Poder Executivo.** Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **23) Projeto de Lei nº 541/05 de autoria do Deputado Miltinho Puppio.** Parecer favorável do Deputado Ratinho Junior, na forma da emenda anexa – Aprovado; **24) Projeto de Lei nº 554/05 de autoria do Poder Executivo.** Parecer favorável do Deputado Reni Pereira – Aprovado; **25) Projeto de Lei nº 555/05 de autoria do Poder Executivo.** Parecer favorável do Deputado Nelson Justus, lido pelo Deputado Plauto Miro Guimarães – Aprovado; **26) Projeto de Lei nº 557/05 de autoria do Poder Executivo.** Parecer favorável do Deputado Nelson Justus, lido pelo Deputado Plauto Miro Guimarães – Aprovado; **27) Projeto de Lei nº 570/05 de autoria do Poder Executivo.** Parecer favorável do Deputado Barbosa Neto – Aprovado; **28) Projeto de Lei nº 374/05 de autoria do Deputado César Seleme.** Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **29) Projeto de Lei nº 433/05 de autoria do Deputado Hermas Brandão.** Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **30) Projeto de Lei nº 456/05 de autoria da Deputada Elza Correia.** Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **31) Projeto de Lei nº 573/05**

de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer favorável do Deputado Reni Pereira – Aprovado; **32) Projeto de Lei nº 582/05 de autoria do Deputado Élio Rusch.** Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **33) Projeto de Lei nº 583/05 de autoria do Deputado Reni Pereira.** Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **34) Projeto de Lei nº 585/05 de autoria do Deputado Jocelito Canto.** Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **35) Projeto de Lei nº 587/05 de autoria da Deputada Elza Correia.** Parecer favorável do Deputado Reni Pereira – Aprovado; **36) Projeto de Lei nº 588/05 de autoria do Deputado José Maria Ferreira.** Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **37) Projeto de Lei nº 595/05 de autoria do Deputado Nereu Moura.** Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
15ª. LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
24ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor Deputado Durval Amaral e com a presença dos senhores Deputados: Barbosa Neto, Carlos Simões, Duílio Genari, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Ratinho Junior e Reni Pereira. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em votação – Aprovada, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Carlos Simões. Passou-se ao expediente: Retificando a 9ª Ata Extraordinária da reunião realizada no dia 22 de agosto de 2005, no item 08: Parecer contrário do Deputado Barbosa Neto – Aprovado. Passou-se à Ordem do Dia: **01) Projeto de Lei nº 322/05 de autoria do Deputado Mário Bradock e Projeto de Lei nº 347/05 de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini (anexos).** Parecer favorável do Deputado Elton Welter – Aprovado; **02) Projeto de Lei nº 336/05 de autoria do Deputado Mauro Moraes.** Parecer contrário do Deputado Elton Welter – Aprovado; **03) Projeto de Lei nº 423/05 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva.** Parecer favorável do Deputado Hermes Fonseca, na forma da emenda anexa - Aprovado; **04) Projeto de Lei nº 483/05 de autoria do Deputado Artagão Junior.** Parecer favorável do Deputado Reni Pereira – Aprovado; **05) Projeto de Lei nº 571/05 de autoria do Poder Executivo.** Parecer favorável do Depu-

tado Hermes Fonseca - Aprovado; **06) Projeto de Lei nº 599/05 de autoria do Poder Executivo.** Parecer favorável do Deputado Elton Welter – Aprovado; **07) Proposição Veto nº 83/05 de autoria do Poder Executivo.** Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Ademar Traiano, lido pelo Deputado Ratinho Junior – Aprovado; **08) Projeto de Lei nº 569/05 de autoria do Deputado Alexandre Curi.** Parecer favorável do Deputado Nelson Justus - Aprovado; **09) Projeto de Lei nº 608/05 de autoria do Deputado Durval Amaral.** Parecer favorável do Deputado Reni Pereira - Aprovado; **10) Proposição Veto nº 94/05 de autoria do Poder Executivo.** Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Ademar Traiano, lido pelo Deputado Ratinho Junior – Aprovado; **11) Proposição Veto nº 95/05 de autoria do Poder Executivo.** Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Carlos Simões – Aprovado; **12) Proposição Veto Parcial nº 96/05 de autoria do Poder Executivo.** Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Luiz Carlos Martins– Aprovado; **13) Projeto de Lei nº 260/04 de autoria da Deputada Cida Borghetti .** Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **14) Projeto de Lei nº 545/05 de autoria do Deputado Ademir Bier.** Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **15) Projeto de Lei nº 592/05 de autoria do Deputado Hermas Brandão.** Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **16) Projeto de Lei nº 606/05 de autoria da Deputada Elza Correia.** Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **17) Projeto de Lei nº 609/05 de autoria da Deputada Arlete Caramês.** Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
15ª. LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor Deputado Durval Amaral e com a presença dos senhores Deputados: Barbosa Neto, Carlos Simões, Duílio Genari, Elton Welter, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Mário Bradock, Neivo Beraldin, Reni Pereira e Chico Noroeste. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em votação – Aprovada, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Mário Bradock. Passou-se à

Ordem do Dia: **01) Projeto de Lei nº 419/05 de autoria do Tribunal de Contas.** O Deputado Hermes Fonseca solicita vistas – Concedidas pelo senhor Presidente, bem como, a entrega de fotocópias da matérias a todos os Membros desta Comissão e Deputados presentes e convocação de reunião extraordinária para amanhã; **02) Projeto de Lei nº 612/05 de autoria do Deputado Hermas Brandão.** O Deputado Elton Welter solicita vistas – Concedidas pelo senhor Presidente; **03) Projeto de Lei nº 356/05 de autoria do Deputado Neivo Beraldin.** Parecer contrário do Deputado Elton Welter - Aprovado; **04) Projeto de Lei nº 382/05 de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini.** Parecer favorável do Deputado Elton Welter – Aprovado; **05) Projeto de Lei nº 574/05 de autoria do Deputado Miltinho Puppio.** O Deputado Mário Bradock, relator, requer diligência – Deferido; **06) Projeto de Lei nº 233/05 de autoria do Poder Executivo.** O Deputado Elton Welter solicita vistas – Concedidas pelo senhor Presidente; **07) Projeto de Lei nº 309/05 de autoria do Deputado Ademir Bier.** Parecer favorável do Deputado Barbosa Neto – Aprovado, com abstenção do Deputado Hermes Fonseca; **08) Projeto de Lei nº 432/05 de autoria do Deputado Mário Bradock.** O Deputado Carlos Simões solicita vistas – Concedidas pelo senhor Presidente; **09) Projeto de Lei nº 460/05 de autoria do Deputado Marcos Isfer.** Parecer favorável do Deputado Mário Bradock – Aprovado, com abstenção do Deputado Hermes Fonseca; **10) Projeto de Lei nº 485/05 de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini.** Parecer favorável do Deputado Carlos Simões, na forma da emenda anexa – Aprovado; **11) Projeto de Lei nº 493/05 de autoria do Poder Executivo.** Parecer favorável do Deputado José Maria Ferreira – Aprovado; **12) Projeto de Lei nº 494/05 de autoria do Poder Executivo.** Parecer favorável do Deputado José Maria Ferreira – Aprovado; **13) Projeto de Lei nº 514/05 de autoria do Deputado Waldir Leite.** Parecer favorável do Deputado Hermes Fonseca– Aprovado; **14) Projeto de Lei nº 516/05 de autoria do Deputado Waldir Leite.** O Deputado José Maria Ferreira solicita vistas – Concedidas pelo senhor Presidente; **15) Projeto de Lei nº 525/05 de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni.** Parecer favorável do Deputado Mário Bradock – Aprovado; **16) Projeto de Lei nº 233/04 de autoria do Deputado Natálio Stica.** O Deputado Mário Bradock solicita vistas – Concedidas pelo senhor Presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
15ª. LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor Deputado Durval Amaral e com a presença dos senhores Deputados: Ademar Traiano, Chico Noroeste, Duílio Genari, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Mário Bradock, Nelson Justus, Neivo Beraldin e Reni Pereira. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião com objetivo de debater e votar o 1º item: **Projeto de Lei nº 419/05 de autoria do Tribunal de Contas** – Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Paraná. Parecer favorável do Deputado Reni Pereira, na forma do substitutivo geral anexo – Aprovado por unanimidade. A reunião transcorreu conforme **Notas Taquigráficas anexas**. Passou-se à Ordem do Dia: **02) Projeto de Lei nº 458/05 de autoria do Deputado César Seleme.** Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **03) Projeto de Lei nº 499/05 de autoria do Deputado Hermas Brandão.** Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **04) Projeto de Lei nº 510/05 de autoria do Deputado Duílio Genari.** Parecer favorável do Deputado Barbosa Neto– Aprovado; **05) Projeto de Lei nº 584/05 de autoria do Deputado Antonio Anibelli.** Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **06) Projeto de Lei nº 610/05 de autoria do Deputado Alexandre Curi.** Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **07) Projeto de Lei nº 622/05 de autoria do Deputado César Seleme.** Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **08) Projeto de Lei nº 623/05 de autoria do Deputado Mauro Moraes.** Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **09) Projeto de Lei nº 628/05 de autoria do Deputado Alexandre Curi.** Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **10) Projeto de Lei nº 630/05 de autoria do Poder Executivo.** Parecer favorável do Deputado José Maria Ferreira – Aprovado; **11) Projeto de Lei nº 138/05 de autoria do Deputado Chico Noroeste.** Parecer contrário do Deputado José Maria Ferreira – Aprovado. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
15ª. LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, às 13:30 horas, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor Deputado Durval Amaral e com a pre-

sença dos senhores Deputados: Ademar Traiano, Barbosa Neto, Carlos Simões, Duílio Genari, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Mário Bradock, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Ratinho Junior e Reni Pereira. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião extraordinária em votação – Aprovada, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Mário Bradock. Passou-se à Ordem do Dia: **01) Projeto de Lei nº 562/05 de autoria do Deputado Nereu Moura e outros.** O Deputado Ademar Traiano solicita vistas – Concedidas pelo Presidente; **02) Projeto de lei nº 384/04 de autoria do Deputado Reni Pereira.** Parecer favorável do Deputado Ratinho Junior à emenda de Plenário – Aprovado; **03) Projeto de Lei nº 233/05 de autoria do Poder Executivo.** Parecer favorável do Deputado Mário Bradock à emenda de Plenário – Aprovado; **04) Projeto de Lei nº 234/05 de autoria do Deputado Mauro Moraes.** Parecer contrário do Deputado Ademar Traiano – Aprovado; **05) Projeto de Lei nº 379/05 de autoria do Deputado Mário Bradock.** Parecer favorável do Deputado Ratinho Junior – Aprovado; **06) Projeto de Lei nº 393/05 de autoria do Deputado Mauro Moraes.** Parecer contrário do Deputado Nelson Justus – Aprovado; **07) Projeto de lei nº 459/05 de autoria do Tadeu Veneri.** Os Deputados Mário Bradock, Barbosa Neto, José Maria Ferreira e Reni Pereira solicitam vistas – Concedidas pelo Presidente; **08) Projeto de Lei nº 463/05 de autoria do Deputado Carlos Simões.** O Deputado Ademar Traiano solicita vistas – Concedidas pelo Presidente; **09) Projeto de Lei nº 516/05 de autoria do Deputado Waldir Leite.** Parecer favorável do Deputado Barbosa Neto – Rejeitado. O senhor Presidente coloca em votação o voto em separado do Deputado José Maria Ferreira – Aprovado, com abstenção do Deputado Barbosa Neto; **10) Projeto de Lei nº 563/05 de autoria do Deputado Nereu Moura e outros.** O Deputado Ademar Traiano solicita vistas – Concedidas pelo Presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
15ª. LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, às 17:00 horas, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor Deputado Durval Amaral e com a presença dos senhores Deputados: Ademir Bier, André Vargas, Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Carlos Simões, Duílio Genari, Elton Welter, Hermes Fonseca, José Maria

Ferreira, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Neivo Beraldin, Ratinho Junior e Reni Pereira. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião extraordinária em votação – Aprovada, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Mário Bradock. Passou-se à Ordem do Dia: **01) Projeto de Lei nº 670/05 de autoria do Deputado Hermas Brandão.** Parecer favorável do Deputado Luiz Carlos Martins, na forma da emenda anexa – Aprovado; **02) Projeto de lei nº 432/05 de autoria do Deputado Mário Bradock.** Parecer contrário do Deputado Hermes Fonseca – Aprovado; **03) Projeto de Lei nº 604/05 de autoria do Deputado Rafael Greca.** Parecer contrário do Deputado Hermes Fonseca – Aprovado; **04) Projeto de Lei nº 639/05 de autoria do Deputado Hermas Brandão.** Parecer favorável do Deputado Reni Pereira – Aprovado; **05) Projeto de Lei nº 612/05 de autoria do Deputado Hermas Brandão.** Parecer favorável do Deputado Barbosa Neto – Aprovado; **06) Projeto de Lei nº 233/04 de autoria do Deputado Natálio Stica.** Parecer favorável do Deputado Elton Welter, na forma da emenda anexa – Aprovado; **07) Projeto de lei nº 575/05 de autoria do Deputado Francisco Bühner.** Parecer contrário do Deputado Carlos Simões – Aprovado; **08) Proposição Veto nº 100/05 de autoria do Poder Executivo.** Parecer favorável do Deputado Carlos Simões ao encaminhamento à Plenário – Aprovado; **09) Projeto de Lei nº 252/04 de autoria do Deputado Hermas Brandão.** Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **10) Projeto de Lei nº 539/05 de autoria do Deputado Ratinho Junior.** Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **11) Projeto de Lei nº 542/05 de autoria do Deputado Ratinho Junior.** Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **12) Projeto de Lei nº 641/05 de autoria do Deputado Alexandre Curi.** Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **13) Projeto de Lei nº 642/05 de autoria do Deputado Alexandre Curi.** Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **14) Projeto de Lei nº 657/05 de autoria do Deputado César Seleme.** Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **15) Proposição Veto nº 099/05 de autoria do Poder Executivo.** Parecer favorável do Deputado Barbosa Neto ao encaminhamento à Plenário – Aprovado. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

Finanças

COMISSÃO DE FINANÇAS
15ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de maio de dois mil e cinco, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Neivo Beraldim, Carlos Simões e Artagão de Mattos Leão. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberto os trabalhos, solicitando ao secretário da comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O Senhor Deputado Carlos Simões, solicita a dispensa da leitura, a qual foi deferida, e assim foi a mesma aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 039/05, de autoria do Deputado Artagão de Mattos Leão, que dispõe sobre a inclusão do Município de Campo do Tenente na Região Metropolitana de Curitiba. Relator Deputado NEIVO BERALDIN. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
15ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de maio de dois mil e cinco, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Carlos Simões, José Maria Ferreira, César Seleme, Ademar Traiano e Tadeu Veneri. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberto os trabalhos, solicitando ao secretário da comissão que proceda a leitura das Atas das reuniões anteriores. O Senhor Deputado César Seleme, solicita a dispensa da leitura, as quais foram deferidas e aprovadas. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 472/04, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que altera redação e acrescenta dispositivo a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. (Acrescido ao artigo 19 da Lei, novo dispositivo). Relator Deputado JOSÉ MARIA FERREIRA. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 171/05, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 11/05, que transfere ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano a participação no Conselho de Administração da Agência de Fomento do Paraná S. A. Relator Deputado JOSÉ MARIA FERREIRA. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 170/05, de autoria da Deputado Cida Borghetti, que tem por objetivo alterar a redação da Lei nº 12.420/99, que assegura ao consumidor o direito de obter informações sobre natureza, procedência e qualidade de produtos combustíveis comercializados nos postos revendedores situados no Estado do

Paraná. Relator Deputado JOSÉ MARIA FERREIRA. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 111/05, de autoria dos Deputados Padre Paulo, Tadeu Veneri, Pedro Ivo, André Vargas e Plauto Miro, que altera o “caput” do art. 2º e revoga o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 10.981, que assegura ao servidor público, eleito dirigente sindical, ainda que na condição de suplente ao cargo. Relator Deputado ADEMAR TRAIANO. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 183/05, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que dispõe sobre ICMS na aquisição de automóveis destinados ao transporte escolar. Relator Deputado CARLOS SIMÕES. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 417/03, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que institui a obrigatoriedade de programas de reciclagem de lixo em todos os Municípios do Estado do Paraná e dá outras providências. Relator Deputado CARLOS SIMÕES. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 096/05, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que proíbe o atendimento telefônico eletrônico (por gravação) nos órgãos públicos e empresas concessionárias de serviço público. Relator Deputado TADEU VENERI. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 41/05, de autoria do Deputado Reni Pereira, que tem por objetivo alterar a redação do artigo 8º e revogar a Tabela VII, da Lei nº 13.611/02, que dispõe sobre o Regimento dos Atos Judiciais. Relator Deputado CESAR SELEME. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 09) Projeto de Lei Complementar nº 122/05, de autoria do Deputado Reni Pereira, que dispõe sobre licença, sem vencimentos, para o trato de assuntos particulares, do servidor público civil estadual. Relator Deputado CESAR SELEME. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 094/05, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a efetuar o pagamento de funeral de doador de órgãos. Relator Deputado JOSÉ MARIA FERREIRA. Parecer diligência ao autor. Deferido. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
15ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e cinco, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado César Seleme, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Ademar Traiano e Ailton Araújo. Havendo número legal, o senhor presidente declarou

aberto os trabalhos, solicitando ao secretário da comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O Senhor Deputado Ademar Traiano, solicita a dispensa da leitura, a qual foi deferida e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 267/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre alterações {a legislação do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, incidente sobre a carne bovina, bubalina e suína. Relator Deputado ELIO RUSCH. Parecer FAVORÁVEL – APRO-

VADO. 02) Projeto de Lei nº 265/05, de autoria do Tribunal de Contas, que dispõe sobre a publicação dos atos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências. Relator Deputado ELIO RUSCH. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

CESAR SELEME - Presidente

Wilson Penka - Secretário